

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

O DILEMA DA ESCOLHA PROFISSIONAL
- DIFICULDADES, LIMITAÇÕES, PERSPECTIVAS -

KAREN ELISABETE ROSA NODARI

Dissertação de Mestrado em Educação
apresentada ao Curso de Pós-Graduação
em Educação para a obtenção do título
de Mestre

Porto Alegre, novembro de 1988

BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UFRGS

N761d Nodari, Karen Elisabete Rosa.

O dilema da escolha profissional : dificuldades, limitações, perspectivas / Karen Elisabete Rosa Nodari. - Porto Alegre : Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 1988.

105f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CDU: 37.048.45.001.87-053.7

37.035.3.048.4



ÍNDICES ALFABÉTICOS PARA O CATÁLOGO SISTEMÁTICO

Escolha profissional: Dificuldades: Adolescentes
37.048.45.001.87-053.7

Dificuldades: Escolha profissional: Adolescentes
37.048.45.001.87-053.7

Adolescentes: Escolha profissional: Dificuldades
37.048.45.001.87-053.7

Educação para o trabalho: Orientação vocacional
37.035.3.048.4

Trabalho: Educação: Orientação vocacional
37.035.3.048.4

Orientação vocacional: Educação para o trabalho
37.035.3.048.4

Bibliotecária responsável:
Iara Ferreira de Macedo, CRB-10/430

PROFESSOR ORIENTADOR:

DR. AUGUSTO NIBALDO SILVA TRIVIÑOS

- . Doutor em Filosofia e Letras - Universidade Central de Madri - Espanha
- . Mestre em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Santiago - Chile
- . Professor dos Cursos de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

ENTIDADE FINANCIADORA:

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é mais do que apenas o resultado do meu esforço individual, pois com ele colaboraram as pessoas que, pelo incentivo e ajuda, auxiliaram-me a superar os desafios e dificuldades surgidos ao longo de sua elaboração. Nesse sentido, agradeço ao Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a todos que, de alguma forma, contribuíram para que esta dissertação chegasse ao seu final.

A Fernando e Aracy, meus pais, pelo constante apoio e incentivo;

Ao professor Triviños, orientador e amigo, pela grande sensibilidade e sabedoria com que me orientou e apoiou;

Ao professor João Luis Becker, pela disponibilidade com que me auxiliou no tratamento estatístico dos dados;

À professora Rosa Hessel da Silveira, pela colaboração recebida na elaboração formal dos instrumentos;

Às professoras Beatriz Nery, Lélia C. Hilgert e

Sonia Kurylenko, pelo auxílio na validação dos instrumentos;

À professora Jane Broadbeck, pela gentil tradução do resumo;

À professora Renita L. Allgayer, pela disponibilidade em discutir comigo algumas questões referentes ao trabalho do Orientador Educacional;

Aos professores Nilton B. Fischer e Maria Beatriz Luce, pelas valiosas sugestões bibliográficas recebidas;

Aos meus colegas Orientadores Educacionais da 1ª Delegacia de Educação de Porto Alegre, pela resposta atenciosa aos instrumentos da pesquisa; em especial, à Genoveva Guidolin, Pe. Francisco Stadelmann, Elenara B. Homrich e Maria Luisa Xavier, que permitiram a realização das entrevistas nos SOEs de suas escolas, e, também, à Clara Berlim, Graciema da Rosa, Ligia R. Tirelli, Norma A. Machado e Ir. Therezinha de Risson, que possibilitaram a coleta de dados com os alunos de suas escolas;

Aos alunos, pela resposta atenciosa aos instrumentos da pesquisa e aos pais, pela gentil participação nas entrevistas;

Ao André, parceiro de sempre, pela paciência com que acompanhou a minha caminhada e pelo auxílio no trabalho com o computador.

SUMÁRIO

RESUMO	VI
ABSTRACT	VIII
1 - ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS INTRODUTÓRIOS .	1
2 - AS DIFICULDADES DOS ADOLESCENTES NA ESCOLHA DE UMA PROFISSÃO	20
3 - COMENTÁRIOS FINAIS	70
4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
5 - ANEXOS	78
5.1 - Instrumentos	79
5.2 - Tabelas	89

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo averiguar as dificuldades encontradas pelos jovens no processo de escolha de uma profissão, segundo a opinião dos orientadores educacionais, dos alunos e de seus pais.

A fim de atingir este objetivo, foi realizada uma coleta de dados em 51 escolas de 2º grau de Porto Alegre que optaram pela implantação da Lei 7.044/82 (preparação para o trabalho). Primeiramente, aplicou-se um questionário aberto a 50 Orientadores Educacionais, 4 psicólogos e 172 alunos provenientes de 6 escolas. A análise destes questionários originou uma escala de opinião que foi respondida por 26 Orientadores Educacionais, 1 psicólogo e 103 alunos pertencentes a 4 escolas entre as anteriormente selecionadas. Além disso, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas individual e grupal em 4 equipes de SOE e com 12 casais de pais. As informações foram analisadas estatisticamente através dos testes U de Mann-Whitney e X^2 (qui-quadrado).

A interpretação dos dados revelou que os alunos, no momento da escolha de uma profissão, estão mais preocu-

pados com os fatores referentes ao contexto sócio-econômico do que com os fatores relativos ao indivíduo, evidenciando a necessidade do Orientador Educacional abordar a questão da escolha de uma profissão fundamentalmente dentro de uma perspectiva social.

SUMMARY

This work has the purpose of examining the difficulties found by the adolescents in the process of choosing a profession, according to the counselors', students' and their parents' opinion.

In order to reach this goal a survey was carried out in 51 Second Grade schools in Porto Alegre which chose the application of the Law 7044/82 (preparation for work). First, an open questionnaire was applied to 50 counselors, 4 psychologists and 172 students proceeding from 6 schools. The analysis of these questionnaires resulted in a scale of opinions that was answered by 26 counselors, 1 psychologist and 103 students belonging to 4 schools among the previously ones selected. Furthermore, semistructured individual and group interviews were held in 4 SOE teams and with 12 couples. The data were statistically analyzed through the following tests: U (Mann-Whitney) and χ^2 (Chi-Square).

The interpretation of the data showed that the students at the moment of choosing a profession, are more worried about the factors related to the socioeconomic

context than the factors related to the individual, stressing the counselor's need of regarding the matter of choosing a profession basically through a social perspective.

1 - ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS INTRODUTÓRIOS

A motivação para realizar este trabalho surgiu a partir da prática em Orientação Educacional. Havia uma insatisfação crescente com a Orientação Profissional desenvolvida na escola em que se trabalhava na época. Os questionamentos, as dúvidas que se acumularam no decorrer desta experiência sugeriram o desenvolvimento desta pesquisa cujo tema é *a escolha de uma profissão*.

Ao sair da universidade, parte-se para a atividade profissional munida de um vasto referencial teórico, principalmente na área referente à Orientação Profissional. Porém, a falta de relação dos conhecimentos teóricos com a prática existente no ensino acarretou uma grande defasagem entre o que se aprendeu e a realidade vivida pelos alunos.

Trazendo como herança de uma formação acadêmica cujo currículo procura lidar com o processo de escolha profissional dos alunos, principalmente com base na psicologia, o Orientador Educacional (ao tomar contato com a realidade verifica que tal abordagem é parcial e limitada, pois há variáveis que intervêm e dificultam a decisão dos alunos e)

que não são consideradas por esta ciência.

A vivência destas limitações foi responsável pela realização deste trabalho, que tem como ponto de partida a análise das dificuldades presentes no processo de escolha de uma profissão, segundo a opinião dos Orientadores Educacionais, dos alunos da 3ª série do 2º grau e de seus pais. Espera-se não somente poder indicar e analisar estas dificuldades, como também elaborar um conjunto de sugestões que colaborem para o aprimoramento da prática da Orientação Profissional.

Considera-se que a relevância do tema deste trabalho consiste no fato de ser um esforço no sentido de superação do enfoque individualista que tem caracterizado a Orientação Profissional, pois se pretendem abordar outras variáveis também presentes no momento da escolha profissional, ao invés de destacar somente as relativas ao sujeito. É fundamental tratar da questão da escolha profissional de forma global, pois é neste contexto em que aparecem vários elementos e fatores relacionados que se dá a opção do jovem.

A história mostra que a preocupação do homem com a escolha de uma profissão não é recente. Platão, na sua *República*, ao conceber uma cidade ideal, postulava uma divisão racional do trabalho, que seria exercido por três classes distintas: a dos artesãos, que se ocupariam da produção dos bens materiais; a dos soldados, que tratariam

da defesa das cidades, e a dos guardiães, que zelariam pelo cumprimento das leis. O governo supremo deveria ser exercido por reis-filósofos. De acordo com o filósofo grego, as aptidões naturais dos cidadãos é que determinariam a execução dos trabalhos, o que caracteriza o cunho individual de sua abordagem. Pode-se, no entanto, afirmar que Platão já antevia uma seleção profissional muito antes que a psicologia pudesse concebê-la (1:61).

Quase dois milênios depois, em 1575, um médico espanhol, Huarte de San Juan, interessado em pesquisar as diferentes aptidões do ponto de vista individual, escreveu *Examen de los Ingenios* e dedicou a obra a Felipe II da Espanha, num prólogo em que dizia:

"Ninguém chegou a dizer, distinta e claramente, que a natureza é a que faz, ao homem, hábil para uma ciência e incapaz para outra e quantas diferenças de engenho se encontram na espécie humana, e que artes e ciências correspondem a cada uma em particular e com que indícios poder-se-ia conhecer o que mais importava." (2:46)

Era objetivo do autor estabelecer sobre o que versavam os diferentes ramos do saber e distinguir os diversos talentos, habilidades e "engenhos" humanos, contribuindo para o desenvolvimento da atividade pedagógica. Sua teoria baseava-se em princípios biológicos, pois julgava que os diferentes engenhos humanos eram herdados. Cabia aos pais descobrir qual era a natureza dos filhos, contribuindo assim para a sua formação e prevenção de desajustes

sociais, uma vez que, na sua opinião, cada um deveria realizar sua tarefa de acordo com o seu interesse (2:46).

Na obra dos pedagogos, encontra-se referência à escolha profissional, porque ela também é uma questão educacional. Dentre eles, destaca-se Rousseau que, no *Emílio*, defende a idéia fundamental de que a cultura é o resultado da autoformação humana ao se desenvolverem as aptidões naturais. Além disso, faz alusão aos diferentes tipos de trabalhos e às suas possíveis orientações. Evidencia-se, também, em Rousseau, uma abordagem de caráter individual das aptidões (3:3-4).

Não obstante, a história revela que, nem sempre, o homem pôde escolher sua profissão. Na Idade Média, praticamente não existia opção profissional, uma vez que o nascimento determinava a ocupação. As profissões eram transmitidas de pai para filho numa viva tradição profissional (3:3-4). No sistema feudal, no campo, existia a nobreza, o clero e o campesinato; e, nas cidades, os mestres, oficiais e aprendizes que formavam as corporações de ofício. Tais corporações eram extremamente fechadas, seus componentes velavam para que os segredos de seus ofícios permanecessem entre eles. Além disso, havia uma hierarquia rígida, cabendo aos mestres a transmissão dos conhecimentos aos oficiais e aprendizes, estabelecendo-se, dessa forma, entre eles, uma herança profissional (4:34).

Com o desenvolvimento, nas cidades, do comércio

e das manufaturas, surge uma nova classe social: a burguesia, que vai disputar com a nobreza o poder político (4:80). Esta classe difundiu a idéia de que todos eram livres e iguais em direitos, sendo que o destino de cada homem não dependia mais da ordem estabelecida, mas de suas capacidades individuais (5:40):

A Revolução Francesa solidificou a transformação das relações sociais com o desaparecimento da nobreza, enquanto classe social, e a ascensão da burguesia. Os ideais de igualdade e liberdade, juntamente com a necessidade de abastecer de mão-de-obra as novas atividades econômicas, derrubaram as barreiras existentes que impediam a livre escolha de uma profissão e as pessoas puderam seguir os diferentes ofícios. A liberdade de escolher as atividades e de ascender socialmente trouxe a possibilidade de desenvolvimento individual no século XIX (6:25).

À medida que o tempo avançou, o progresso científico e tecnológico fez com que o mundo se tornasse cada vez mais complexo. O desenvolvimento econômico acarretou a diversificação e especialização das atividades humanas. Conseqüentemente, a Orientação Profissional se instituiu e se desenvolveu quando o homem passou a poder escolher livremente sua profissão e também no momento em que se impôs a busca de uma profissão mais adequada para atender aos diferentes ramos da economia (3:7)./

A Orientação Profissional teve grande impulso no

final do século XIX e início do século XX, institucionalizando-se durante a I Guerra Mundial, quando a existência de desemprego em algumas ocupações e a escassez de pessoal em outras criaram um sério problema para a renovação de trabalhadores. Os transtornos econômicos causados pela guerra contribuíram para o crescimento da Orientação Profissional. Era fundamental aumentar a produção e fazê-lo o mais economicamente possível. Para alcançar este objetivo, foi necessário utilizar as aptidões das pessoas de uma maneira mais eficiente. Assim, nos países desenvolvidos, em suas grandes fábricas, usinas e ferrovias, instalaram-se gabinetes para a seleção de pessoal (6:25).

Um dos precursores da Orientação Profissional foi Frank Parsons que, em 1908, em Boston, criou o Serviço de Orientação Profissional na Associação Cristã de Moços. Observa-se que o "guidance movement" iniciou, no entanto, na área exclusiva da Orientação Profissional, preocupando-se Parsons com o conhecimento do educando, do mundo do trabalho e do descobrimento de um emprego que mais se ajustasse a ele. Suas idéias refletiam o movimento das medidas mentais, então nascente, com os trabalhos de Binet na França (6:22).

"A preocupação essencial dos trabalhos de Parsons era suplementar à ação escolar, então carregada de formalismo excessivo, dando aos adolescentes oportunidades de expressão individual e de serem socialmente e economicamente aproveitados na medida de suas capacidades." (7:12)

Um precursor europeu da Orientação Profissional - M. Stocker - fundou um escritório para aconselhamento de pais e jovens sobre a escolha de uma profissão em Basileia, no ano de 1907, na Suíça (CLAPARÈDE apud FINGERMANN, 6:22).

O Brasil, na década de 20, atravessou um período de constantes agitações que refletiam a insatisfação da população com as condições econômicas vigentes. É nesta época que surge no País a Orientação Profissional. A política econômica do governo era baseada na produção e no comércio do café. As classes dominantes passaram a interpretar a crise como motivada pela falta de educação para o povo (8:12).

"Desloca-se assim a atenção da questão principal. As aspirações de grande parte da população por mudanças estruturais são deslocadas para um espaço em que a classe dominante, apoiando-se nas idéias liberais, está sempre disposta a negociar: a educação. É dada grande ênfase à ascensão social da massa de descontentes, pela via da escolaridade." (8:12)

Houve várias experiências de Orientação Profissional no Brasil que precederam a sua efetiva introdução em Lei.

Os primeiros trabalhos do gênero foram iniciados em 1924, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, pelo professor Roberto Mange, que era um engenheiro suíço contratado pelo governo como professor da Escola Politécnica de São Paulo. Seus trabalhos iniciais tinham como objetivo

selecionar e orientar jovens matriculados no curso de mecânica daquele liceu (7:14-5).

Em 1930, em função da necessidade de seleção, orientação e formação de aprendizes para a Estrada de Ferro Sorocabana, ainda sob a direção de Mange, inicia-se, de forma sistemática, um Serviço de Orientação Profissional que, posteriormente, é estendido a outras agências de ensino ou de seleção profissional (7:14-5).

O primeiro serviço público no País foi criado, em São Paulo, por Lourenço Filho, tendo posteriormente prosseguido no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, sob a direção de Noemi Silveira Rudolfer (7:15).

Araci Muniz Freire e Maria Junqueira Schmidt, em 1936, implantaram o setor de Orientação Educacional na Escola de Comércio Amaro Cavalcanti, da então prefeitura do Distrito Federal, no Rio de Janeiro (9:72).

Pode-se constatar que, no Brasil, a Orientação Profissional deu origem à Orientação Educacional e que esta veio atender às necessidades da industrialização da época (10:89). Não obstante, a partir do decreto 72.846/73, que regulamenta a profissão de Orientador Educacional, a Orientação Profissional aparece como uma das funções da Orientação Educacional. Portanto, a análise da prática da Orientação Profissional não pode ser desvinculada da prática da Orientação Educacional (11:47).

A introdução da Orientação Educacional na legislação surge em 1942, nas leis orgânicas do ensino secundário, agrícola e industrial.

Cabia à Orientação Educacional a adaptação do sujeito ao meio, visando ao atendimento dos alunos-problema, encarados como "desvios" que perturbavam a vida escolar. Salienta-se que, na época, as palavras-chave empregadas eram "problema", "correção" e "encaminhamento". Ao invés de abordar o aluno como um todo, reduzia-se o atendimento aos casos problemas, o que caracteriza então o estrutural-funcionalismo que norteava a Orientação Educacional (12:5).

A Orientação Educacional e a Profissional foram implantadas no País em função do cumprimento das Leis Federais (Lei Orgânica de 1942, 1943 e 1946), sendo que, a partir de 1971, através da Lei 5692/71, elas passam a ser obrigatórias em todas as escolas.

Além disso, elas foram implantadas de cima para baixo, ou seja, elas surgiram a partir das necessidades destacadas pelo sistema que fixa as diretrizes educacionais do País e não pela necessidade de professores, alunos e pais. O legislador, ao instituir a Orientação Educacional, tinha o objetivo de ajustar os alunos ao sistema educacional e ao mercado de trabalho, colaborando para a reprodução das classes sociais (9:81).

As funções básicas do Orientador Educacional na escola são: auxiliar na adaptação do aluno ao meio social e aconselhá-lo na escolha profissional. No primeiro caso, cabe ao Orientador Educacional, principalmente, o atendimento dos "problemas" e dos "desvios" dos estudantes. O segundo consiste na orientação do aluno para a escolha de uma profissão mais adequada às suas características pessoais. Neste caso, muitas vezes, o orientador procura adequar o jovem à estrutura ocupacional.

Em síntese, observa-se que o papel atribuído ao Orientador Educacional tem o objetivo de ajustar o aluno para que ele aceite as relações sociais existentes na sociedade. Agindo dessa forma, o Orientador Educacional tem estado a serviço da ordem vigente (12:16).

A Lei 5692/71 levou a Orientação Educacional a dar ênfase à Orientação Profissional e esta baseou-se na Informação Profissional, tendo em vista que um indivíduo bem informado poderia decidir-se mais acertadamente por uma profissão. Porém, as medidas legais relativas à Orientação Educacional revelam que, ao reduzir a Orientação Profissional à Informação Profissional, na verdade se queria ajustar os alunos às necessidades do mercado de trabalho, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico(9:116).

Como é do conhecimento geral, no entanto, a reforma do ensino estabelecida pela Lei 5692/71 foi um fracasso, não sendo satisfatória nem para os alunos nem para

a sociedade. Os educadores e os pais, sentindo o decréscimo da qualidade do ensino, começaram a criticar a ineficiência da legislação recém criada, e os próprios órgãos oficiais são obrigados a reconhecer a inadequação desta lei à realidade. É neste contexto que surge uma nova reforma que dá origem à Lei 7044/82.

"A Lei 7044/82 é um novo momento da Lei 5692/71, corrigindo falhas e desvios reclamados há mais de dez anos. A Lei 5692/71 possuía uma visão pragmática e economicista de situar a educação, nela foi inapropriado o uso da expressão qualificação para o trabalho (pois entende que pressupõe preparo específico para determinado trabalho), assim como houve exagero na profissionalização universal e obrigatória a nível de todas as escolas de 2º grau." (RODRIGUES apud MARANGON, 16:86-7)

Com a vigência da Lei 7044/82, é dada às escolas a possibilidade de escolha do tipo de preparação para o trabalho que desejam realizar, podendo, até mesmo, continuarem com as antigas habilitações da Lei 5692/71.

Frente ao novo contexto, como está sendo realizada a Orientação Profissional nas escolas de 2º grau da rede estadual e particular de ensino?

Após visitar 51 estabelecimentos de ensino, de ambas as redes, e de entrevistar 50 Orientadores Educacionais e 4 Psicólogos, pode-se descrever o seguinte quadro: existe um considerável número de escolas da rede Estadual, principalmente, que não realizam Orientação Profissional por motivos que vão da falta de recursos materiais aos hu-

manos; há uma minoria que ainda procura através dos testes colocar o aluno certo na profissão certa; existe um bom número que realiza apenas Informação Profissional e não Orientação, e há um pequeno contingente de escolas (principalmente particulares) destinadas à classe de maior poder aquisitivo que, dispondo de mais recursos humanos e físicos (equipes do SOE contando com psicólogos e Orientadores Educacionais), aplicam a abordagem clínica de Bohoslavski.

Verifica-se, portanto, que existem muitas diferenças entre os trabalhos de Orientação Profissional, desenvolvidos pelas escolas. Apesar desta diversidade, todos os Orientadores Educacionais têm um ponto em comum: as dificuldades que seus alunos encontram em escolher uma profissão. Elas, conseqüentemente, são as questões que os Orientadores Educacionais deverão saber manejar para melhor orientá-los.

Este é o ponto de partida do presente trabalho, que pretende investigar tais dificuldades não somente do ponto de vista dos Orientadores Educacionais, mas dos alunos e de seus pais, para dar uma visão mais abrangente do problema.

A investigação que se pretende realizar é de natureza descritiva, qualitativa-quantitativa.

Para determinar a população desta pesquisa partiu-se das 87 escolas de 2º grau que integram a 1ª Delega-

cia de Educação de Porto Alegre. Dentre estas, selecionaram-se aquelas que optaram pela preparação para o trabalho de seus alunos de acordo com o estabelecido pela Lei 7044/82. Aplicado este critério, obteve-se um total de 51 escolas que eram diurnas e preparavam seus alunos para o trabalho. Estas 51 escolas constituem a população da presente pesquisa. As demais 36 escolas não foram incluídas, porque não reuniam os dois requisitos básicos assinalados. Algumas delas, por exemplo, eram noturnas, outras profissionalizantes, outras especiais, etc.

Nestas 51 escolas, havia 190 Orientadores Educacionais e 26 psicólogos. Dentre estas, cada uma das escolas foi representada por pelo menos um profissional. Quando, em uma escola, havia mais de um Orientador Educacional ou psicólogo comprometido diretamente com a Orientação Profissional, o SOE indicava o profissional que deveria responder ao questionário.

Dessa forma, compõem a população da presente pesquisa:

- 51 Orientadores Educacionais e 4 psicólogos;
- 1.500 alunos da 3ª série do 2º grau;
- 1.500 pais destes alunos.

Portanto, o universo total pesquisado envolveu aproximadamente 3.054 pessoas.

Com base na população anteriormente referida, estabeleceu-se a seguinte amostra:

- 50 Orientadores Educacionais e 4 psicólogos que trabalham em 51 escolas, dos quais 24 pertencem à rede estadual e 30 à rede particular de ensino;

- 172 alunos provenientes de 6 escolas que foram casualmente selecionadas, das quais 3 pertenciam à rede estadual e 3 à rede particular de ensino. Há, portanto, 71 alunos que se dividem entre as seguintes escolas: Escola Estadual de 1ª e 2ª Graus Piratini (18), Colégio Estadual Júlio de Castilhos (20) e Escola Estadual Padre Rambo (33). Os demais 101 alunos integram as seguintes escolas particulares: Colégio Nossa Senhora do Rosário (42), Escola de 1ª e 2ª Graus Assunção (36) e Instituto Educacional João XXIII (23);

- 172 pais destes alunos.

Na amostra de Orientadores Educacionais e alunos, aplicou-se um questionário aberto.

Tornou-se necessário estabelecer uma sub-amostra, para aprofundar a coleta de dados, que foi integrada por:

- 26 Orientadores Educacionais e 1 psicólogo que pertenciam a 26 escolas que foram selecionadas aleatoriamente, dos quais 14 integram a rede estadual e 13 a rede particular de ensino;

- 103 alunos provenientes de 4 escolas selecionadas ao acaso dentre as 6 da amostra, das quais 2 pertenciam à rede estadual e 2 à rede particular. Dentre os 103 alunos, 38 pertenciam às seguintes escolas estaduais: Escola Estadual Piratini (18) e Colégio Júlio de Castilhos (20).

Os restantes 65 alunos eram provenientes das seguintes escolas particulares: Colégio Nossa Senhora do Rosário (42) e Instituto Educacional João XXIII (23);

- 12 pais de alunos que foram indicados voluntariamente pelos seus filhos para participarem da pesquisa.

A coleta de dados observou as seguintes etapas:

1) aplicação de um instrumento, na amostra tanto dos Orientadores Educacionais como dos alunos, composto por duas partes: a primeira era fechada, para assinalar alguns dados e identificação dos sujeitos, e a segunda parte, um questionário aberto, constituído por uma única pergunta (vide anexo 1);

2) aplicação de uma escala de opinião do tipo Likert, numa sub-amostra de Orientadores Educacionais e alunos. Esta escala foi construída a partir da análise das respostas da segunda parte do primeiro instrumento, ou seja, do questionário aberto (vide anexo 2). Estas respostas provenientes do questionário aberto foram submetidas a uma análise de conteúdo.

"A análise de conteúdo consiste num conjunto de técnicas de análise de comunicações que visa a obter indicadores, quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção-reprodução (variáveis inferidas das mensagens)." (13:226)

Através da análise dos questionários abertos e da escala de opinião, houve a necessidade de aprofundamento de algumas questões, por meio das seguintes técnicas de entrevistas:

- entrevista semi-estruturada individual: realizaram-se 12 entrevistas, porém somente em uma o casal de pais estava presente; nas demais entrevistou-se a mãe, por ser a pessoa mais disponível no momento;

- entrevista semi-estruturada grupal: realizaram-se 4 entrevistas com as equipes do SOE de 4 escolas integrantes da pesquisa, perfazendo um total de 12 Orientadores Educacionais. A escolha das escolas que participaram desta atividade não foi aleatória, pois a mesma exigia da parte dos integrantes abertura e disponibilidade de tempo. Portanto, entrevistaram-se as equipes do SOE das seguintes escolas: Escola Estadual Padre Reus, Escola Estadual de 2º Grau Florinda Tubino Sampaio, Colégio Nossa Senhora do Rosário e Colégio Anchieta.

Após a realização das entrevistas, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo no material coletado.

A análise dos dados coletados realizou-se através do seguinte tratamento estatístico:

1. para medir a fidedignidade da escala, aplicaram-se dois testes: o das duas metades e o coeficiente alpha de consistência interna de Cronbach. Como o índice obtido através dos dois métodos foi baixo (o índice mais alto alcançado no teste das duas metades foi de 0,42 e no de Cronbach 0,59), não se pôde trabalhar com os itens de forma agregada. Isto significa que não se pôde fazer uma análise dos resultados por dimensão. Como consequência, o caminho viável foi o de utilizar testes que permitissem realizar uma análise item por item;

2. o teste U de Mann-Whitney foi aplicado aos 37 itens da escala de opinião. O objetivo do teste era de verificar se dois grupos independentes foram ou não extraídos da mesma população, ou seja, frente a cada uma das questões, comprovar se os escores das respostas dos dois grupos eram semelhantes ou diferentes. O teste U de Mann-Whitney foi aplicado três vezes para verificar a diferença de opinião entre os seguintes grupos: 1) Orientadores Educacionais e alunos, 2) alunos de escola pública e alunos de escola particular e 3) Orientadores Educacionais de escola pública e Orientadores Educacionais de escola particular. A grande vantagem da aplicação deste teste consiste no fato de que ele é um dos mais poderosos testes não-paramétricos, com um poder de eficiência de 95,5%, quando a amostra é grande. Além disso, ele é uma alternativa extremamente válida ao teste paramétrico t , quando se desejam evitar os requisitos necessários à sua aplicação (17:131) (vide tabelas 1, 2 e 3). Nos grupos onde se verificou a existência de uma diferença de opinião frente aos itens, utilizou-se a média de cada grupo para indicar o grau de concordância ou discordância frente aos mesmos (vide tabelas 4, 5 e 6). Também se utilizou a média para constatar como os alunos e os Orientadores Educacionais se posicionaram de maneira geral frente aos 37 itens da escala (vide tabela 7);

3. o teste X^2 (qui-quadrado) foi aplicado aos principais itens resultantes da distribuição de frequência (vide tabela 8), realizada na última questão da escala.

Este teste teve por objetivo verificar se há diferença de opinião dos sujeitos frente aos itens selecionados. Utilizou-se o teste três vezes para os seguintes grupos: 1) Orientadores Educacionais e alunos, 2) alunos de escola pública e alunos de escola particular e 3) Orientadores Educacionais de escola pública e Orientadores Educacionais de escola particular (vide tabelas 10, 11 e 12).

Os alunos que participaram da pesquisa cursavam a 3ª série do 2º grau em escolas regidas pela Lei 7044/82, ou seja, que optaram pela preparação para o trabalho. O nível sócio-econômico dos jovens variava entre o alto e o médio-baixo, sendo que os primeiros se concentravam predominantemente nas escolas particulares e os últimos nas públicas. Considera-se que não integravam o contingente de alunos pesquisados os pertencentes ao nível sócio-econômico baixo, pois estes raramente chegam a concluir o 2º grau. As idades dos alunos situavam-se, em média, entre os 16 e 18 anos, sendo, portanto, adolescentes.

Dentre os Orientadores Educacionais que integravam a pesquisa, 76% possuíam habilitação específica para exercer a função, 29% tinham mais de um curso superior e 50% eram pós-graduados em Orientação Educacional. A grande maioria era do sexo feminino e possuía em média 10 anos de experiência profissional.

TABELA 9 - Distribuição de freqüência dos itens mais importantes das questões 38, 39 e 40 (freqüência com que cada questão foi mencionada)

QUESTÃO		FREQUÊNCIA	%
31	Há poucas vagas para muitos candidatos no vestibular	32	24
28	Imaturidade do aluno para realizar a escolha de uma profissão	30	23
36	A decisão é apressada devido ao vestibular	28	21
7	É difícil conciliar a aptidão e o mercado de trabalho	22	16
5	Deveria haver uma divulgação mais ordenada das informações sobre as Universidades e os cursos	21	16
14	Há falta de contato com profissionais das diferentes áreas para esclarecer dúvidas	20	15
19	O ingresso na Universidade através do vestibular	16	12
21	A situação econômica do aluno limita a escolha de uma profissão	16	12
6	A crise econômica do país	15	11
35	Existe falta de informação profissional por parte do aluno	15	11
11	O mercado de trabalho está saturado na maioria dos casos	15	11

2 - AS DIFICULDADES DA ESCOLHA PROFISSIONAL

Os alunos e Orientadores Educacionais, atendendo à solicitação da última parte da escala de opinião, apontaram as três principais dificuldades encontradas no processo de escolha profissional. A apuração dos resultados revelou que, além destas três questões, outras oito também receberam um número significativo de votos, perfazendo um total de onze dificuldades (vide tabela 9).

A principal dificuldade, com relação à escolha de uma profissão, segundo alunos e Orientadores Educacionais, é a existência de poucas vagas para muitos candidatos no vestibular (vide tabela 9). O desejo de ingressar na universidade é tão grande que faz com que os alunos coloquem em primeiro lugar a questão das vagas, evidenciando uma visão imediatista e superficial da realidade.

Esta vontade de ingressar num curso superior, de ser universitário, pode até condicionar a escolha profissional do jovem. Então, a opção passa a basear-se na facilidade de ingresso em determinado curso, ou seja, na relação candidato-vaga. Para alguns alunos, portanto, é prioritário ingressar na universidade independentemente do

curso. Mas, o que leva o adolescente a supervalorizar um curso superior? Por que, para alguns jovens, o ingresso na Universidade é um fim e não um meio de realização profissional?

Além de ver ameaçada a sua possibilidade de profissionalização em nível superior, em segundo e terceiro lugares os alunos e Orientadores Educacionais apontaram duas dificuldades que estão relacionadas: a imaturidade do aluno para realizar a escolha de uma profissão e a pressa com que esta decisão é tomada devido ao vestibular.

O aluno se decide em função do vestibular. Este, além de representar um obstáculo, é um elemento externo que obriga a sua decisão. Inclusive, alguns jovens se queixaram a respeito, manifestando vontade de prosseguir na escola por mais tempo, para, depois, optarem por alguma profissão. Mas, até que ponto esta imaturidade e insegurança sentida pelos alunos se resolveria com mais um ano de escolarização? Será que esta imaturidade só se deve à idade com que esta escolha é realizada?

As demais dificuldades apresentadas pelos alunos e Orientadores Educacionais com relação à escolha de uma profissão tratam dos aspectos econômicos da sociedade e do jovem e da informação profissional (vide tabela 9).

Os jovens demonstraram que estão procurando conciliar, no momento da decisão por uma carreira, as suas

aptidões com o mercado de trabalho. Isso evidencia que os alunos estão conscientes de que o diploma universitário não significa mais emprego automático, por isso temem escolher algo que tenha colocação difícil no mercado de trabalho.

Não obstante, torna-se perigoso estabelecer como critério principal de escolha o mercado de trabalho, pois a economia do País é instável e ninguém poderá prever daqui a cinco ou seis anos, quando muitos destes jovens estiverem formados, quais serão as áreas profissionais mais saturadas e quais serão as mais promissoras.

Quais seriam, no entanto, as razões de uma questão tão significativa como a situação econômica do aluno que limita a escolha de uma profissão, não ter figurado entre as três principais dificuldades? E por que esta questão foi escolhida de forma predominante pelos Orientadores Educacionais e não pelos alunos? (vide tabela 13).

O item que trata da crise econômica do País, que atinge a todos, principalmente às pessoas de menor poder aquisitivo, refletindo-se nos mais variados setores da sociedade, inclusive no mercado de trabalho, foi escolhido predominantemente pelos Orientadores Educacionais e não pelos alunos. Por quê? (vide tabela 13).

Apesar dos Orientadores Educacionais terem concordado com que haja falta de informação profissional por parte dos alunos (vide tabela 6), eles não consideraram es-

ta dificuldade como uma das principais, já que este item foi escolhido na sua totalidade pelos alunos (vide tabela 13). Da mesma forma, a falta de divulgação de informação ordenada sobre as universidades e os cursos foi indicada na sua maioria pelos alunos (vide tabela 13). Por outro lado, o item que aborda a falta de contato com profissionais de diferentes áreas para esclarecer dúvidas foi escolhido por ambos os grupos, porém de forma mais acentuada pelos alunos (vide tabela 4).

É natural que os jovens estejam desejando obter o maior número de informações possíveis para auxiliar a sua decisão; mas, até que ponto informações fundamentalmente teóricas servem para dar uma noção real das profissões para os alunos? É relevante destacar que os alunos se consideram bem menos informados do que julgam os Orientadores Educacionais.

Os resultados anteriormente mencionados induziram a apresentação de algumas reflexões que têm como ponto de partida a análise dos principais itens escolhidos pelos sujeitos. A análise, sempre que se fizer necessário, será acrescida dos demais itens da escala para ser enriquecida.

Com relação à falta de vagas no ensino superior, principal dificuldade na escolha de uma profissão, deve-se salientar que esta questão foi escolhida, principalmente, pelos alunos (vide tabela 13). Isto revela que os jovens e suas famílias, pertencentes, na sua maioria, à classe mé-

dia, vêm na universidade o principal meio de sua reprodução e ascensão social. Por isso, consideram ingenuamente que a solução deste problema reside simplesmente no aumento das vagas.

A existência de poucas vagas no terceiro grau é um problema com muitas implicações e muito mais complexo do que a simples relação candidato/vagas. Esta questão, na realidade, constitui-se em um efeito da organização do sistema educacional que reflete, por sua vez, os limites sócio-econômicos da sociedade brasileira.

Não se pode esquecer que a educação está sempre a serviço de uma determinada sociedade e a sociedade brasileira caracteriza-se por grandes desníveis de renda e injustiças sociais. Conseqüentemente, o sistema de ensino assemelha-se a uma pirâmide, onde, no topo, encontra-se uma minoria que possui elevado nível educacional, enquanto que, na base, existe uma maioria que não chega a terem o primeiro grau completo (18:48).

Mas, a procura pelo ensino superior não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Observam-se, mundialmente, correntes educativas que, em determinadas épocas, surgem e desenvolvem-se até dar lugar a uma nova. Assim, por exemplo, na década de 40, especialmente após a II Grande Guerra, a principal preocupação era com a escola básica. Já a década de 50 seria a do desenvolvimento do ensino de 2º grau e a de 60 a da ênfase ao ensino superior (ROSSELÓ

apud TRIVIÑOS, 14:32).

No Brasil, as pressões sociais pelo acréscimo de vagas no ensino superior são um fenômeno ligado à história da classe média urbana. Constitui uma das características dessa classe a supervalorização da educação, principalmente a superior, pelo *status* que dela advém e pelo fato de constituir-se em meio de obtenção de regalias (20:58).

A educação passa a servir de esperança de democratização da desigualdade de oportunidades, que seria superada através do esforço individual, concorrendo para a manutenção da estrutura de classes. Dessa forma, o ensino superior é um meio utilizado pela classe média para a sua reprodução, já que ela não tem perspectiva histórica própria e se satisfaz com alianças políticas com a classe dominante com vistas à obtenção de privilégios (19:46).

Além desse fator, pode-se ainda atribuir essa supervalorização do diploma ao bacharelismo da sociedade brasileira, que tem raízes na antiga sociedade agrária e escravocrata que desvalorizou o trabalho manual em detrimento do intelectual (20:55).

Estas causas, aliadas à pressão dos pais, principalmente quando eles já possuem um título superior, fazem com que praticamente não haja nenhum outro caminho a seguir em termos profissionais a não ser a universidade, para os jovens da classe média. Os próprios alunos concor-

dam com este fato, porém os Orientadores Educacionais não souberam se posicionar a este respeito (vide tabela 4). Talvez, ao responderem dessa forma, os Orientadores Educacionais estejam pensando nos cursos técnicos ou naqueles alunos que não farão um curso superior. No entanto, reafirma-se que, para os jovens da classe média, ingressar na universidade é fundamental. Tanto isto é verdade que eles nem cogitam outra possibilidade; ela torna-se para eles a consequência natural do 2º grau.

Mas, que outro tipo de profissionalização o sistema de ensino oferece ao jovem de classe média? Existem os cursos técnicos; estes, não obstante, além de proporcionarem remuneração inferior em comparação com cursos universitários, são desvalorizados pela tendência tecnológica do mundo atual que faz com que muitas ocupações que anteriormente exigiam formação primária ou secundária, agora precisem de formação superior. Dessa forma, as necessidades da sociedade atualmente não são as mesmas da década de 50, o que torna a educação universitária uma exigência maior. Ocorre que, mesmo a universidade não proporcionando os mesmos níveis de remuneração que antigamente, nem uma qualidade de ensino ideal, ela continua sendo o melhor caminho de ascensão social para a classe média (19:46).

Foi o descontentamento crescente desta classe com os rumos do modelo econômico adotado na década de 60 o responsável pelas intensas pressões sociais que o governo en-

frentou no que tange à necessidade de aumento das vagas no ensino superior.

A partir do golpe militar de 1964, o País adotou um modelo de desenvolvimento associado-dependente. A economia brasileira retomou o processo de industrialização, iniciado por Vargas, só que agora por meio da acumulação de capital com uma progressiva industrialização, ao mesmo tempo em que se iniciava uma crescente sofisticação tecnológica das atividades produtivas (21:89).

Como o capital e a tecnologia foram fornecidos pelos países desenvolvidos, foi necessária a sua adaptação às condições locais de produção. O governo pretendia reformular tais condições segundo as exigências da reprodução capitalista e da expansão do setor privado, mas, para isso, era necessário "modernizar" ou racionalizar as empresas, desde o sistema de informações até a própria divisão do trabalho (22:236).

"Tratava-se de equipar o governo (isto é, o Executivo) para exercer com a máxima eficiência as suas funções na esfera das relações econômicas. Por isso, é que esse mesmo governo (fundamentalmente privatista) tratou de desenvolver ainda mais a tecnoestrutura que deveria regular e dinamizar o funcionamento das forças produtivas e das relações de produção." (22:240)

Não obstante, o crescimento e a modernização dos setores básicos da economia, ao mesmo tempo em que alinharam o Brasil aos países industrializados, oneraram os tra-

balhadores. Estes ficaram à margem dos benefícios do "milagre econômico", e a classe média passou a temer a possibilidade de sua proletarização, visto que, após 64, os salários foram substancialmente rebaixados. Além disso, a classe média urbana, principalmente o setor mais baixo, foi atingida pelo enfoque tecnocrata adotado a partir de então, pois não possuía as qualificações necessárias para preencher os setores mais modernos do serviço público (20:68).

A insatisfação da classe média para com o governo fez com que esta classe lutasse contra o elitismo do ensino superior, pois, no diploma, residia sua esperança de reprodução (20:68).

Observa-se que, até 1960, a demanda pelo ensino superior era relativamente pequena; no entanto, no período entre 1960 e 1964, o número de inscritos nos exames vestibulares cresceu em 50%, enquanto que as vagas oferecidas cresciam em 64%. Não obstante, a expansão tornou-se insatisfatória, no período 1964-1968, sendo que o número de excedentes ultrapassou os 212% (21:95).

As pressões exercidas pela classe média em favor do aumento de vagas na universidade, aliada à exigência econômica de reestruturação do ensino, especialmente o superior, além da necessidade de esvaziar o movimento estudantil desejoso de mudanças radicais na sociedade, foram fatores que promoveram a reforma universitária, expressa pela Lei 5540/68 (21:89). Ela baseou-se nos princípios de

racionalidade econômica e foi implantada autoritariamente à comunidade universitária pelo Decreto-Lei nº 477.

A expansão do ensino superior consistiu-se numa estratégia política do governo para reconquistar o apoio da classe média, uma vez que era necessário legitimar o regime recém instaurado e, ao mesmo tempo, esvaziar o conteúdo político de suas reivindicações (20:69).

Todavia, ao mesmo tempo em que o governo adotava medidas de ampliação dos cursos e matrículas do ensino superior, implantou - preocupado com o aumento da demanda - procedimentos contenedores em nível de ensino médio. A Lei 5692/71 se enquadrou dentro deste objetivo, pois, através da reorganização do ensino, via profissionalização, visava a conter a procura pelo ensino superior (21:101).

No entanto, como o Estado não possuía uma infraestrutura educacional capaz de absorver tal contingente, o governo incentivou a participação do setor privado na ampliação das vagas. / Desta forma, sem precisar investir dinheiro, o Estado, aparentemente, colaborou com a "democratização" do ensino superior. Só que esta expansão em termos quantitativos não aconteceu em termos qualitativos. As condições em que a maioria das universidades particulares opera são muito inferiores às da pública. A escola particular se caracteriza pelo atendimento em massa dos alunos; os professores possuem uma carga horária elevada, muitas vezes sem nenhum compromisso com a pesquisa. Além

disso, apresentam o maior número de professores sem cursos de pós-graduação (19:28).

Conseqüentemente, instaurou-se o processo de desvalorização do diploma e a classe média passou a reivindicar a melhoria da qualidade do ensino. A tão proclamada "democratização do ensino superior" frustrou o desejo de ascensão social garantida, pois diminuiu o poder da universidade em promover a ascensão social. A classe média - que sempre valorizou a educação, principalmente a superior, como um mecanismo de controle social que limita o acesso a profissões de maior prestígio - vê na universidade de mais uma promessa não realizada que lança no mercado de trabalho milhares de concorrentes (19:24).

Pode parecer, à primeira vista, que houve uma traição da parte do governo, porém as mudanças na universidade vieram a atender aos interesses do capitalismo oligopolista internacional. De acordo com o desejo da expansão do capital, o governo foi obrigado a alterar a estrutura ocupacional e os componentes de estratificação das classes sociais (19:24). Foi necessária a formação de um exército industrial de reserva para a manutenção das relações de produção que, ao mesmo tempo, servisse de mão-de-obra qualificada para o setor moderno da economia, pressionando, conseqüentemente, os salários para baixo tanto neste setor como no tradicional (23:106).

Portanto, não se pode pensar na universidade iso-

BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UFRGS

ladamente da sociedade capitalista onde ela está inserida (19:38). Após o golpe militar de 1964, o sistema educacional passou por uma série de reformas para ser ajustado aos interesses do regime. A partir de então, o planejamento educacional funciona como poderosa ferramenta que deve adequar a política educacional à reprodução e manutenção das relações de produção.

Mas, no que consiste o planejamento educacional?

Pode-se defini-lo como uma das formas de intervenção do Estado na Educação, objetivando implantar uma determinada política educacional a fim de que o sistema cumpra o seu papel de instrumento do Estado (25:195).

Tal política educacional tem por finalidade a reprodução no sistema educacional da formação social capitalista, através da reprodução das forças produtivas e das relações de produção. A fim de que o sistema educacional cumpra este objetivo, o Estado lança mão de vários instrumentos como a legislação educacional, a expansão do ensino fundamental da escola pública e o próprio planejamento educacional (25:236).

A análise do planejamento educacional aponta para as relações existentes entre Estado e Sociedade. Portanto, apesar de se estar enfocando uma questão de natureza educacional, não se pode deixar de encarar a Educação como um fenômeno ligado à estrutura sócio-econômico-política, onde

está inserida (24:14).

Torna-se, então, necessário situar historicamente o planejamento educacional brasileiro.

As origens do planejamento no Brasil possuem um cunho nacional desenvolvimentista, pois o País via nele "um instrumento eficaz para incutir caminho para uma posição de nação moderna e poderosa, com um elevado nível de vida" (DALAND apud HORTA, 24:26).

Deve-se salientar que, até 1950, o planejamento central institucional não possuiu nenhum efeito em termos de desenvolvimento do País. Foi somente no período de 1956-1961, época do presidente Juscelino Kubitschek, que a Educação aparece, pela primeira vez, como setor prioritário no chamado Plano de Metas do governo (24:28).

Começavam a surgir as relações entre Educação e desenvolvimento, cabendo a esta a formação de quadros técnicos necessários ao crescimento do País (24:31).

A principal finalidade deste plano era acelerar a industrialização visando à substituição de importações. Desde esta época, já havia a relação entre mão-de-obra e desenvolvimento industrial.

No governo seguinte, de João Goulart, foi elaborado o Plano Trienal (1961-1963) que apontava para a necessidade do planejamento educacional integrar-se ao pla-

nejamento global, na medida em que era importante a formação de recursos humanos para o desenvolvimento (26:77).

Os planos do governo militar adotaram, num maior ou menor grau, uma visão economicista de situar a Educação no processo de desenvolvimento. Nestes planos, a Educação, juntamente com outros setores sociais, foi considerada em termos de conseqüências econômicas (24:135). Com o surgimento de um aparelho tecnocrático, esvaziou-se a dimensão política dos problemas nacionais, passando a vigorar a ideologia da racionalização dos meios (25:229).

É característica do tecnocrata em Educação declarar-se "neutro" e "apolítico". Porém, justamente esta negação da questão política coloca-o a serviço da ordem vigente. Os tecnocratas, ao buscarem a maior eficiência do ensino, realmente visavam a adequar a Educação ao sistema sócio-político e ao fortalecimento dos grupos políticos dominantes (25:229).

As metas educacionais passaram a ser estabelecidas pelo enfoque da mão-de-obra, que consiste numa adoção de medidas adequadas às suas necessidades futuras no mercado de trabalho.

A Lei 5692/71 foi gerada neste espírito, pois a profissionalização em nível de 2º grau e o planejamento da implementação dos cursos deveriam considerar as necessidades do mercado de trabalho (24:187).

Tendo em vista que o ensino superior no Brasil é elitizado, para democratizá-lo não basta aumentar o número de vagas, pois não se atingiriam as causas do problema, que são sociais. Para um jovem concorrer a uma vaga na universidade, ele deve ter tido chances de ingressar, permanecer e progredir no sistema educacional. E isto implica não somente a ampliação da rede escolar, mas a existência de condições sócio-econômicas favoráveis que permitam a permanência do aluno na escola.

Os dados da realidade educacional brasileira apontam, no entanto, para a existência de sete milhões de crianças entre os 7 e os 14 anos fora da escola, apesar do direito à educação básica gratuita estar assegurado na Constituição Federal, desde 1967 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, desde 1961 (27:14).

Observa-se, portanto, que o planejamento educacional brasileiro, nos diferentes governos, esteve subordinado, num maior ou menor grau, às exigências políticas e econômicas. Não se atingiu realmente a universalização do ensino básico, apesar desta meta integrar quase a totalidade dos planos educacionais federais e estaduais, nestes últimos vinte anos.

O que estabelecem os planos do governo em nível federal e estadual com relação ao cumprimento da obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos, durante este período?

Entre os anos 1968-1979, na esfera federal, destacam-se os seguintes planos: *Programa Estratégico de Desenvolvimento* (1968-1970), do governo Costa e Silva; *Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo* (1970-1973) e o I PND (*Plano Nacional de Desenvolvimento - 1972-1974*), do governo Médici, e o II PND (*Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico - 1975-1979*), do governo Geisel.

Todos estes planos dão ênfase ao cumprimento da obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos, e prevêm, para o final da década de 70, a universalização da educação básica. Para alcançar estas metas, a principal estratégia prevista era a *Operação-Escola*:

"A meta da Operação-Escola é alcançar uma taxa de escolarização, na faixa de 7 a 14 anos, de cerca de 80% em 1973. Em 1976, essa taxa se elevará para 95% na zona urbana e 80% na zona rural." (28:57)

Os planos estaduais estavam em consonância com as metas traçadas pelo governo federal. O primeiro plano estadual de educação elaborado data de 1967 e foi realizado pelo Conselho Estadual de Educação. De acordo com esse plano, deveria ser dada ênfase especial ao ensino primário, sendo que a matrícula geral neste grau de ensino deveria aproximar-se do número total de crianças na faixa dos 7 aos 11 anos (31:21). O *Projeto Grande Rio Grande* (1971-1974) visava ao atendimento integral da criança e, para atingir este fim, previa a Operação-Escola (32:16). O *Programa de Ação RS*, de 1975, pretendia expandir o núme-

ro de matrículas, aumentar o número de vagas, elevando a taxa de escolarização do ensino. Previa que, observadas as taxas de expansão da escolaridade, o percentual de 100% de matrículas no 1º grau seria atingido em pouco tempo (33:102).

Na década de 80, destacam-se os seguintes planos do governo federal: *III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento 1980-1985)* do presidente Figueiredo e o *I PND-NR (I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República 1986-1989)* do presidente Sarney. Dentre as várias prioridades enumeradas, no *III PND*, salienta-se a educação nas periferias urbanas, procurando dar condições mais efetivas de democratização das oportunidades educacionais, principalmente com relação às populações pobres urbanas, especialmente os migrantes. Este plano também estabelece ênfase para os projetos de universalização do ensino básico (29:51-2). O *I PND-NR* assume o compromisso de oferecer escola pública a todas as crianças dos 7 aos 14 anos e, além disso, garantir a permanência do aluno na escola neste período.

Para atingir este objetivo, o plano prevê o *Programa de Educação para Todos* (30:65). Este plano ainda mostra o grave quadro da situação educacional no País, sendo que na década de 80:

"- a matrícula nas quatro primeiras séries do 1º grau cresceu em ritmo inferior ao do aumento vegetativo da população;

- nas 1ªs. séries os repetentes cons-

tituem quase metade do total de alunos, elevando-se essa proporção no meio rural. Ao longo das 8 séries do 1º grau o quadro tende a agravar-se, estimando-se que a taxa de repetência alcance 22% dos alunos em 1985;

- existem ainda dificuldades decorrentes do fracasso e da evasão escolar. Os alunos que desistem antes de completar as quatro primeiras séries chegam a 45% do grupo etário de 11 a 14 anos;

- é conhecida a seletividade sócio-econômica do ensino. No início da década de 70 o extrato de renda de até 1 salário mínimo deixou de mandar 52% de suas crianças à escola, em comparação com apenas 3% das camadas sociais de até 10 salários mínimos." (30:16)

Na esfera estadual, salientam-se, nesta época, os seguintes planos: *Plano Estadual de Educação da SEC* e a *Política de Desenvolvimento do Estado do RS* (1979-1982). O primeiro destaca como prioritária a necessidade de ampliação da oferta do ensino de 1º grau nas periferias urbanas (31:50) e o segundo enfatiza a adequação da oferta educacional não somente em termos quantitativos, mas também qualitativos (35:164). O *Programa de Governo RS* (1983-1987) assume a tarefa de ampliar ao máximo o atendimento escolar de 1º grau. Dentre as suas metas prioritárias, destaca-se o atendimento dos alunos da 1ª à 4ª série (36:133-4):

"O compromisso é o de ampliar ao máximo o atendimento escolar de 1º grau, repensá-lo e aperfeiçoá-lo, buscando não somente o acesso mas a permanência do aluno na escola, com maior rendimento escolar." (36:133)

BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UFRGS

Portanto, através da análise dos planos de governo federal e estadual destes últimos vinte anos, observa-se que, em todos eles, está presente a meta da universalização da educação básica. Para garantir o cumprimento deste objetivo, muitos projetos foram desenvolvidos, porém até hoje esta meta não foi alcançada.

A educação constitui um poderoso meio de barganha política, porque o acesso ao ensino em todos os níveis é uma aspiração que unifica todas as classes sociais. E a educação elementar transformou-se em instrumento na mão de vários governos que buscavam, com isso, obter apoio e sustentação popular. Na realidade, nenhum governo foi capaz de assumir o ônus e enfrentar essa tarefa gigantesca (27:14-5).

"Um dos mais expressivos fenômenos de nossa época é a expansão da educação escolar. Os objetivos atribuídos à educação variam em diversos países, entre adeptos de diferentes correntes educacionais, entre as diferentes classes sociais. Há uma crença generalizada no valor da educação em todos os graus. É um antídoto para quase todos os problemas individuais e sociais." (18:17)

Observa-se, portanto, que a sociedade capitalista possui mecanismos próprios para assegurar a produção e a reprodução das desigualdades sociais. A educação possui, neste contexto, importante função ideológica de dissimular os mecanismos dessa discriminação social, contribuindo conseqüentemente para legitimá-la (37:57).

O planejamento educacional, evidentemente, também cumpre sua função ideológica, quando passa de instrumento de aumento das chances em alcançar tais objetivos, para mecanismo de dissimulação da inexistência de tais chances. Cria-se, com isso, a ilusão de que a atividade nacional manipulada pelos interesses privados pode ser totalmente controlada, sem entrar em conflito com os grupos dominantes (38:46 e 52).

É evidente que esse processo não se dá de forma mecânica e linear; ele encerra muitas contradições e, seguidamente, tornam-se necessários ajustes, ora cedendo às pressões populares, ora defendendo os interesses do capital.

Vê-se, portanto, que o planejamento educacional no sistema capitalista visa à manutenção do *status quo*; não obstante, devido às pressões sociais, o planejamento tem que absorver as reivindicações sociais da classe trabalhadora, passando a configurar-se num importante instrumento da luta de classes (39:57).

O fato de existirem poucas vagas para muitos candidatos no vestibular, na verdade, é apenas a ponta do 'iceberg'. Na realidade, o processo seletivo e discriminatório da educação inicia na oportunidade de escolarização, já que nem todos têm acesso à escola, principalmente nas periferias urbanas e zonas rurais. A situação é agravada pelos altos índices de evasão e repetência, sendo

que, no Estado, só 28% dos alunos que ingressam na 1ª série do 1º grau concluem a 8ª série*. E, dentre os 96.361 alunos que ingressaram no 2º grau em 1983, somente 41% o concluíram em 1985**.

Todo esse elevado número de crianças que não têm acesso à escola ou ficam pelo caminho, devido aos elevados índices de evasão e repetência, integram a própria lógica do sistema de ensino, elitista, contribuindo para que somente um número muito reduzido de jovens concorra pelas vagas da universidade.

Um planejamento educacional democrático, que faça parte de um governo que queira garantir as liberdades democráticas necessárias a um Estado de Direito, deve assegurar o acesso de todos à escolaridade, conforme estabelece a Constituição Federal, bem como dar garantias de permanência do aluno no ensino regular. Todos os brasileiros deveriam ter acesso a uma educação básica comum, independente do nível de riqueza regional, estadual ou familiar.

O problema que os alunos da 3ª série do 2º grau estão enfrentando, de haver poucas vagas na universidade, não é de simples solução e de ordem exclusivamente educativa, pois que tem implicações econômicas. Não basta ele-

* Programa de Governo RS (1983-1987).

** Estatísticas Educacionais - SEC (1983, 1984, 1985).

var o número de vagas, satisfazendo num primeiro momento os alunos e suas respectivas famílias, se não houver um crescimento econômico do País que absorva tal contingente. Simplesmente aumentando a oferta de vagas, estar-se-á colaborando para o agravamento de outro sério problema, o desemprego de diplomados, contribuindo, assim, para aumentar o exército de profissionais de reserva.

Não tem sido possível realizar um planejamento racional das vagas na universidade, tendo em vista as prioridades nacionais, uma vez que a economia do País não é igualmente planejada. Nas sociedades capitalistas, o planejamento econômico é apenas indicativo, definindo somente as linhas gerais, uma vez que há ampla margem de negociação, de forma a não ferir aos interesses da propriedade privada (37:38). A instabilidade econômica reflete-se no mercado de trabalho, tornando-se praticamente impossível prever a demanda de profissionais em qualquer área. É portanto inviável adequar as vagas da universidade às futuras necessidades do mercado de trabalho.

Dessa forma, os alunos, além de verem ameaçada sua possibilidade de profissionalização, pois ela depende de passar ou não no vestibular, sentem-se imaturos para decidir sua profissão e consideram que tal escolha é apresada, devido ao vestibular.

Os depoimentos seguintes ilustram este fato:

"Eu ainda não tenho certeza do que vou escolher. Não sei o que fazer, o que eu realmente gosto de fazer. Eu acho que saímos do colégio muito cedo. Agora eu tenho que escolher o que eu vou fazer no meu futuro e, com 16 anos, me acho muito nova para isso." (Escola Particular)

"A principal dificuldade para escolher uma profissão é não saber o que realmente quero, e se aquilo que eu escolher me fará feliz. A escolha profissional é feita num estágio muito inicial de nossas vidas, como por exemplo, os alunos da 3ª série do 2º grau, que têm apenas 17 anos (alguns menos idade) e têm que optar por uma profissão por uma vida inteira." (Escola Particular)

Vários relatos como estes se repetem. Em verdade, muitos dos conflitos, dúvidas e incertezas vividos pelos jovens devem-se à estrutura atual do ensino que não prepara o aluno para a vida e para o trabalho.

O ensino brasileiro já sofreu várias reformas, sendo que a instaurada pela Lei 5692/71 só trouxe prejuízos. Esta lei implantou a obrigatoriedade da profissionalização do ensino médio. Criaram-se, assim, a habilitação profissional no 2º grau e as sondagens de aptidões no 1º grau. Para cumprir estes objetivos, previa, o artigo 10 desta lei, a obrigatoriedade da Orientação Vocacional.

Mas, dois fatores colaboraram para tornar o trabalho da Orientação Vocacional praticamente inoperante: (1) a impossibilidade do Orientador Educacional aplicar testes psicológicos; (2) as deficiências nos cursos de formação de Orientadores Educacionais. Com isso, a Orientação

Vocacional ficou reduzida somente à informação profissional (9:104).

As medidas legais tomadas na época tinham por objetivo fazer com que a escola ajustasse os alunos às necessidades do mercado de trabalho com vistas ao atendimento dos interesses econômicos. Não se devia auxiliar o aluno a escolher, mas ajustá-lo a uma ocupação (9:100).

Era necessário, na época, conter a demanda crescente pelo ensino superior. A profissionalização obrigatória em nível de 2º grau seria a alternativa, em termos profissionais, que apresentava a solução adequada do ponto de vista governamental.

No entanto, a reforma de ensino, como é de conhecimento geral, foi um fracasso, pois, apesar da crença difundida pelas autoridades de então de que haveria uma demanda de profissionais de nível médio, tal não ocorreu, constatando-se, no mercado ocupacional brasileiro:

"- Que há profissionais de nível superior ocupando cargos que poderiam ser de nível médio - isto se explica pela oferta excessiva de profissionais para esta ocupação, neste caso, os empregadores tendem a aumentar os requisitos educacionais. (CUNHA apud PIMENTA, 9:120)

- Que o profissional qualificado (técnico) é mão-de-obra cara; se a empresa pode treinar não-técnicos, estes poderão desempenhar a função de técnicos, mas sem a reivindicação salarial dos técnicos.

- Que as empresas multinacionais não necessitam que a educação brasileira lhes

forneça técnicos especializados, pois elas já os trazem dos países de origem e não estão interessadas em transferir tecnologia a técnicos nacionais." (LOPES apud PIMENTA, 9:121)

Esta contradição entre os objetivos da Reforma e as reais condições do mercado de trabalho que, como ficou evidenciado, não poderia absorver tamanha demanda de técnicos, revela os objetivos ideológicos do governo. Em verdade, este, ao dar ênfase a uma falsa necessidade de profissionais de nível médio, visava realmente a desviar grande contingente de alunos do ensino superior.

Além disso, a reforma foi implantada sem que as escolas contassem com os recursos humanos e materiais especializados, tais como equipamentos e laboratórios necessários à formação profissional dos alunos. Na prática, devido à falta de condições de cumprir a lei, as escolas passaram a adotar, apenas formalmente, as novas diretrizes. Os alunos não aprenderam praticamente nada, pois os cursos eram muito deficitários e, além disso, eles estavam desmotivados: não compreendiam qual a razão de serem obrigados a profissionalizarem-se.

Dessa maneira, a reforma de ensino, além de não profissionalizar, também não cumpriu o objetivo do governo de conter a demanda pelo ensino superior, uma vez que a classe média, responsável por grande parte da clientela do grau superior de ensino, continuou mandando seus filhos para a universidade.

Tendo em vista o fracasso da Lei 5692/71, surge a reforma da reforma, implantada pela Lei 7044/82. Com esta lei, passa a não existir mais a vinculação obrigatória do 1º e 2º graus com a qualificação técnica para o trabalho. O que se visa agora é a "preparar para o trabalho". A Lei 7044/82 atende ao princípio de descentralização, pois permite que as escolas determinem que tipo de preparação ao trabalho oferecerão aos seus alunos.

Ocorre que o exercício desta nova lei não tem representado uma mudança substantiva do enfoque sobre o trabalho por parte das escolas, uma vez que elas continuam separando o trabalho manual do intelectual. Porém, a educação e o trabalho são indissociáveis. É inadmissível uma educação que se processe inteiramente à margem dessa realidade central em uma sociedade.

Embora venha sendo realizada a Orientação Vocacional nas escolas, os alunos continuam sentindo-se inseguros em relação à escolha profissional. Ocorre que não basta somente implementar esta atividade. Na realidade, tal situação se deve à maneira estanque com que esta escolha é tratada pelas escolas, que a fazem de forma completamente desvinculada da prática escolar.

Mesmo se levando em consideração que algumas escolas estão se esforçando para desenvolver a questão do trabalho de uma maneira menos abstrata, estabelecendo laços com a realidade, acredita-se que, para aqueles alunos

que nunca passaram por uma experiência semelhante, tal abordagem continuará a não ter muito sentido, não passando de mera informação.

O tipo de Orientação Profissional dispensado pela maioria das escolas faz com que os alunos considerem que há falta de preparo da escola para orientar a escolha de uma profissão (vide tabela 4). Realmente, se a escola não está preparada para tanto, é porque ela não está formando o aluno para a vida, para o trabalho. Caso este fosse o objetivo principal da educação, a escolha de uma profissão seria uma conseqüência natural do desenvolvimento deste trabalho e não algo artificial, alheio à vida do aluno, como ocorre atualmente.

A melhor maneira da escola preparar os alunos para a vida, para o trabalho e para uma conseqüente opção profissional é através da educação integral, que une trabalho intelectual e manual (14:271).

Ao longo do 1º e 2º graus, de acordo com a faixa etária das crianças, a escola deveria proporcionar o desempenho de diferentes tipos de atividades, para que a criança tivesse a vivência e o respeito pelas mais diversas formas de trabalho. Paralelamente, a escola deveria tratar do desenvolvimento nos alunos de uma ampla e sólida formação geral, que servisse de base às diferentes áreas profissionais. Sendo assim, quando os alunos chegassem ao 2º grau, concomitantemente ao estudo das demais discipli-

nas, eles freqüentariam diferentes oficinas vocacionais. Nelas, os jovens aprenderiam noções básicas de várias áreas comuns de profissões, sem, no entanto, se profissionalizarem. Estas diferentes experiências, envolvendo os mais variados campos das ciências, propiciariam aos alunos o conhecimento teórico-prático das diferentes áreas profissionais e permitiriam futuras adaptações ao domínio de qualquer profissão que viessem a exercer futuramente (14: 271).

Se o ensino brasileiro oportunizasse ao jovem o conhecimento do sistema de produção, através da união do ensino com o trabalho produtivo, eliminar-se-ia nos jovens um desenvolvimento unilateral. Assim, quando eles fossem optar por uma determinada profissão, eles já teriam noções do mundo do trabalho, das diferentes áreas de atividades. Poderiam, dessa forma, escolher, com segurança, sua profissão de acordo com suas inclinações pessoais e com as exigências da sociedade.

Apesar da estrutura e organização do ensino não estabelecerem a vinculação da escola com o trabalho, abordando a escolha profissional como algo isolado na vida dos alunos, não se pode deixar de considerar a fase especial em que esta decisão ocorre: a adolescência. Caracteriza-se a adolescência como um período de transição, de crises, pois não se é nem criança e nem adulto.

Nas entrevistas realizadas com as mães dos alu-

nos, somente uma minoria delas não fez menção à questão da imaturidade do aluno. A grande maioria das mães aponta tal fator como a principal dificuldade na escolha de uma profissão. Exemplos disto são os seguintes depoimentos:

"Uma questão que eu considero fundamental não só do meu filho, mas da maioria dos jovens que pretendem ingressar na universidade é a precocidade da escolha. O meu filho está com 16 anos e já frente a esta opção."

"Considero que é difícil eles chegarem a uma maturidade para escolher. Como a escolha, devido ao nosso sistema de ensino, está sendo feita muito cedo, os jovens estão querendo fazer outras coisas na vida, antes de se decidirem quanto ao trabalho. Estão, essa é a grande dificuldade, porque eles ainda não estão prontos para fazer esta escolha, é uma questão de maturidade."

Percebe-se que as mães dos alunos entrevistados consideram que a idade constitui um elemento mágico, bastando ultrapassá-la para que os seus filhos estejam prontos, maduros. Esta é uma análise ingênua e simplista, pois, se a dificuldade de escolher uma profissão se reduzisse somente ao fator cronológico, bastaria esperar o tempo passar e tudo se resolveria.

A questão da imaturidade merece maior reflexão. Ser maturo ou não está relacionado, no caso, com a capacidade de realizar as tarefas que o contexto social estabelece para o indivíduo. Atualmente, a sociedade julga que o adolescente de 16, 17 anos está apto a escolher sua profissão. Por outro lado, a maioria dos jovens não se acre-

ditam suficientemente seguros para decidir sua profissão. Comumente, atribui-se a causa deste problema a adolescência (pouca idade) como se esta questão não fosse, também, em grande parte, de caráter social. A sociedade não está possibilitando condições favoráveis a que o jovem cresça, amadureça e se desenvolva a fim de assumir as tarefas que ela espera que sejam realizadas nesta faixa etária. A estrutura atual do sistema de ensino também é responsável, visto que, desvinculando a educação do trabalho, não oferece experiências para que os alunos possam optar com mais segurança.

Os Orientadores Educacionais também julgam a imaturidade como uma das dificuldades do jovem para definir-se profissionalmente:

"Uma das dificuldades que eu considero é a reforma do ensino que faz com que o adolescente com 15, 16 anos tenha que decidir sua vida profissional, eles ainda são crianças, a maioria não quer nada, não está a fim de nada. Então, um rapaz, uma moça, de 15, 16 anos decidir a vida profissional é difícil." (Escola Estadual)

"O aluno não tem maturidade para perceber suas aptidões, então ele se influencia por fatores externos ao invés de notar o que se passa dentro dele; se o aluno tivesse mais tempo para se decidir, se ao invés de entrar com 16 anos ele ingressasse com 18 na universidade, ele escolheria com maior maturidade." (Escola Estadual)

Observa-se, nos depoimentos acima, que os Orientadores Educacionais julgam ser o aluno o principal responsável pela sua imaturidade e atribuem este fato à pouca

idade. Reflexões como estas são produto da formação, centrada na psicologia, do Orientador Educacional, que reforça o aspecto individual do problema em detrimento da dimensão social. Eles eximem a escola de responsabilidade, não questionando se ela está favorecendo o crescimento do aluno.

Se a pouca idade se pode constituir numa dificuldade para o aluno, a escola, por outro lado, que poderia ajudá-lo, de maneira mais efetiva, não o faz, pois não oferece vivências, experiências com relação às diferentes profissões. Os alunos optam, na maioria das vezes, sem um real conhecimento da profissão escolhida. E, para agravar tal situação, a informação profissional recebida é abundante no que tange às profissões mais tradicionais e conhecidas, sendo que os alunos se queixam da falta de informação quando se trata de profissões mais modernas, como as da área da Informática.

Se bastassem somente informações teóricas para o aluno poder definir-se por uma determinada profissão, o problema poderia ser facilmente resolvido através da criação de um departamento nas universidades que tratasse do intercâmbio entre o 2º e 3º graus. Este órgão seria um canal de informações entre estes dois graus de ensino, ao mesmo tempo em que abriria as portas das diferentes faculdades aos alunos de 2º grau, oferecendo-lhes a oportunidade de um contato direto com o ambiente, professores e alu-

nos dos mais variados cursos.

Não se trata de negar ou desvalorizar este tipo de iniciativa. Os mais variados meios de obter informação profissional continuam tendo valor no contexto atual, visto que consistem, ainda, na única maneira de que se dispõe para oportunizar aos alunos um conhecimento efetivo das profissões. A grande limitação deste tipo de informação é o fato de ela pertencer somente ao nível teórico, quando se sabe que, para se conhecer realmente algo, é preciso experienciá-lo, vivenciá-lo. Nisto reside o valor incontestável da prática, que propicia um duplo conhecimento ao sujeito: o da atividade em si e de como ele se sente ao realizá-la.

Deve-se analisar, também, neste contexto de escolha profissional em que o aluno se encontra, o fato deste se ver obrigado a uma decisão, tendo em vista o vestibular.

E como as inscrições geralmente acontecem no início do 2º semestre do ano letivo, eles vêm-se com pouco tempo para tomar tal decisão, acabando por resolver apressadamente.

O seguinte depoimento de um adolescente ilustra bem este dilema:

"Na minha cabeça eu ainda não realizei a minha escolha profissional, mas na semana passada, ao me inscrever para o vestibular

da UFRGS, fui obrigada a optar por uma profissão. (...) Acho que com 17 anos são poucas as pessoas que já amadureceram bastante para escolher com firmeza sua profissão."
(Escola Particular)

A família, os amigos, enfim, a sociedade, fazem com que o adolescente sinta que perdeu o ano se ele não prestar o vestibular no final da 3ª série do 2º grau. Nas entrevistas com as mães, observa-se sua ansiedade no que tange à definição do filho, de forma a evitar que ele fique um ano desocupado.

É interessante destacar que o jovem nem cogita a possibilidade de não fazer o vestibular ou de adiar esta decisão. Prestar o vestibular é algo definitivo que não se pode mudar, a única coisa que resta a fazer é escolher o curso. Em decorrência disso, pode-se afirmar que, para os jovens da classe média e alta, a universidade é praticamente o único caminho a seguir. Quando, na família do aluno, além disso, os pais já têm uma titulação superior, é praticamente inadmissível que seu filho não venha a manter a tradição, cursando uma faculdade.

Alguns jovens, devido a essa "necessidade", chegam a afirmar que é prioritário entrar na universidade, independentemente do curso. Neste caso, percebe-se o quanto eles são levados pelas circunstâncias, mergulhando a tal ponto no sistema, que não conseguem criticá-lo: passam a ver a questão do ingresso na universidade somente como um problema individual, quando se trata também de uma questão

social.

As condições individuais, como a capacidade e o mérito, são os valores difundidos pela burguesia, que se manifestam acentuadamente no momento do vestibular, fazendo com que os alunos tenham espírito competitivo e individualista. A causa do fracasso e da privação material da maioria do povo é atribuída, pela sociedade, à falta de capacidade individual. Tal argumento possui forte caráter ideológico, sendo mistificador das reais causas deste malogro - as relações sociais de produção (18:30).

Embora os alunos e Orientadores Educacionais tenham apontado como as três grandes dificuldades no processo de escolha profissional: a falta de vagas no ensino superior, a imaturidade do aluno e a emergência da escolha, devido ao vestibular, considera-se que uma das principais dificuldades, senão a principal, é a situação econômica do aluno.

Porém, esta questão foi escolhida mais por Orientadores Educacionais do que por alunos (vide tabela 13). Pode-se explicar tal diferença de opinião entre alunos e Orientadores Educacionais como devida à maior consciência e experiência que estes últimos possuem. Através do exercício profissional e da participação em atividades das entidades de classe, os Orientadores Educacionais discutem não só os problemas profissionais, mas os aspectos sócio-econômicos da educação. Tudo isto colabora para que dei-

xem de ter uma consciência ingênua das dificuldades que envolvem sua profissão.

Não obstante, é contraditório o fato de que os alunos de menor poder aquisitivo, que sentem a falta de recursos econômicos, não tenham considerado esta questão como uma das principais dificuldades. Qual é a razão que levou os alunos e Orientadores Educacionais a não darem a verdadeira importância ao fator econômico na escolha de uma profissão?

As justificativas desta contradição pertencem ao domínio ideológico.

Ideologia, num sentido amplo, pode ser entendida como um conjunto de idéias que os homens fazem do mundo e de suas relações entre si. Porém, de acordo com Marx, ideologia é uma "deformação do real". As relações entre os indivíduos são sempre ideológicas, sejam elas de natureza social, moral, jurídica, etc. (MARX apud TRIVIÑOS,15:3).

Na sociedade brasileira, existem vários meios de inculcação ideológica, como as escolas, os meios de comunicação, as religiões, etc., que veiculam a ideologia da classe dominante, tratando de incutir nos dominados a aceitação de sua condição, enquanto nos dominantes reforçam sua liderança (18:40).

Portanto, é válido afirmar que:

"As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante." (4:56)

A ideologia liberal reinante na sociedade capitalista baseia-se na "igualdade de oportunidades", sendo que, como todos são livres e iguais no direito, cada um poderá tornar-se no que quiser, pois as oportunidades existem para todos, porém somente os mais capazes chegarão a triunfar.

Essa liberdade e igualdade tão apregoadas, na verdade, não ultrapassam o nível formal, pois na sociedade capitalista as possibilidades de escolha de cada um são determinadas pela sua condição de classe; sendo assim, o nível sócio-econômico do aluno tem uma influência muito grande na escolha de uma profissão.

Geralmente, os alunos que chegam a concluir o 2º grau, pertencem a um grupo privilegiado que teve condições econômicas que lhe permitiu estudar, ao contrário da grande maioria da população brasileira que não pode freqüentar os bancos escolares, pois, desde cedo, tem que lutar pela sobrevivência.

Se para os jovens da classe média e alta o fator econômico possibilita a escolha de uma profissão, para a grande maioria dos adolescentes este fator limita e até determina a escolha. Como fica evidenciado nos seguintes

relatos:

"O problema da escolha profissional vem de berço. Se você tem uma situação econômica boa, você pode escolher o que bem quiser, pois mesmo que não tenha grande remuneração, existe alguém para sustentá-lo e mantê-lo. Eu, por exemplo, não posso me dar ao luxo de escolher algo que me agrada, pois quando ingressar em uma faculdade, terá que ser definitivo e, infelizmente, tenho que escolher algo que tenha campo de trabalho positivo e a parte financeira também terá de ser positiva." (Escola Estadual)

"A minha condição econômica também dificulta, pois teria que escolher uma profissão que ganhasse bem para poder compensar o gasto com a faculdade." (Escola Estadual)

Os alunos que possuem um nível sócio-econômico baixo encontram-se em desvantagem em relação aos que possuem um nível sócio-econômico médio e alto. Os primeiros geralmente estudam em escolas públicas e atravessam todas as dificuldades e crises por que passam tais escolas. Além disso, não podem freqüentar cursos extra-classe de línguas, por exemplo, como os adolescentes de maior poder aquisitivo. Estes normalmente estudam em escolas particulares, preparam-se para o vestibular nos vários "cursinhos" da cidade, algo que o aluno com poucos recursos econômicos só poderá fazer se receber bolsa de estudos.

Todas essas condições desfavoráveis que enfrentam os alunos de nível sócio-econômico baixo se refletirão na hora de ingressar na universidade, pois, geralmente, passam na UFRGS os jovens da classe média e alta, sendo que,

para os demais, resta a esperança de ingressar numa universidade particular.

Para os alunos provenientes de família de baixa renda, falar da escolha profissional é um tanto irônico, pois a maioria deles é obrigada a ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do 2º grau e, até mesmo, durante este curso. Se estes jovens chegarem a prestar um vestibular, geralmente escolherão um curso que lhes permita conciliar trabalho e estudo e também que não seja um dos mais concorridos, visto que, nestes, as suas chances de ingresso são remotas.

Além da disputa pelas vagas na universidade, há outro fator que se une aos demais para dificultar a escolha de uma profissão: o mercado de trabalho.

Os depoimentos que seguem ilustram esta situação:

"Outra dificuldade na escolha profissional é a situação atual do mercado de trabalho. Porque de nada adianta eu fazer uma faculdade se depois não poderei pôr em prática o que aprendi." (Escola Estadual)

"A minha dificuldade é o campo profissional que não anda muito bom no estado, quase todas as áreas estão esgotadas. A minha preocupação é tirar uma faculdade e depois não encontrar um trabalho para poder exercê-la." (Escola Particular)

Os jovens demonstraram estar conscientes das dificuldades que irão enfrentar depois de formados, pois o diploma não é mais garantia de emprego. Entretanto, esta

preocupação já está se refletindo no momento da decisão profissional, porque o aluno receia escolher algo que tenha colocação difícil no mercado de trabalho.

Já vai longe o tempo em que bastava o sujeito estar formado para conseguir um emprego. Durante muitos anos, o diploma universitário garantia oportunidades e privilégios, além do *status* social decorrente das próprias ocupações de nível superior e das melhores remunerações de trabalho (19:9).

À guisa de ilustração, no início da década de 80, o Brasil tinha:

"menos de 1/3 dos portadores de diploma universitário trabalhando em funções que exigiam este nível, enquanto outro 1/3 estava exercendo atividades que exigiam, anos atrás, não mais do que a formação de nível médio." (19:19)

Porém, apesar da crise econômica atual acarretar conseqüências graves para o mercado de trabalho, que, em muitas áreas está saturado ou em vias de saturação, o jovem não deve superestimar este aspecto dentre os demais que envolvem a sua escolha profissional.

O mercado de trabalho é regulado pela oferta / demanda de profissionais. E, atualmente, devido à recessão econômica existente, a demanda de empregos é menor do que a oferta de profissionais na maioria das profissões. A situação é grave, pois anualmente e, até semestralmente, as

faculdades continuam formando o mesmo contingente de profissionais que competem cada vez mais acirradamente por um emprego. Tendo em vista esta instabilidade do mercado de trabalho, torna-se arriscado basear a escolha profissional somente neste critério, visto que ninguém poderá prever o que acontecerá com a oferta de empregos em determinada profissão daqui a 5 ou 6 anos, quando estes jovens estiverem formados.

Apesar dos jovens demonstrarem preocupação com a situação do mercado de trabalho, é contraditório o fato da crise econômica do País ter sido apontada predominantemente pelos Orientadores Educacionais em relação aos alunos. (vide Tabela 13)

A impressão que se tem, ao analisar as causas desse fato, é que os alunos possuem uma consciência fragmentada da realidade. Parecem não perceber que a crise econômica que assola o País é um fator agravante dos demais elementos que estão presentes na escolha de uma profissão. Não se pode negar a presença dela em quase todos os aspectos da vida, desde a redução do poder aquisitivo até a diminuição da oferta de empregos.

Mas, se o aluno apresenta respostas contraditórias, se não está conseguindo estabelecer relações entre o contexto sócio-econômico e a sua vida, isto significa que a escola está dando maior ênfase à transmissão de conhecimentos do que à formação da consciência dos alunos.

Trata-se de uma falha grave o destaque que a grande maioria das escolas dedica à memorização, enquanto as habilidades de raciocínio e de reflexão são pouco incentivadas.

A disciplina de filosofia que poderia ser a principal integradora deste tipo de ensino, infelizmente foi banida dos currículos escolares quando, há mais de vinte anos atrás, atravessava-se o período da ditadura militar. Naquela época, significava uma ameaça ao manutenção do *status quo* saber pensar, por isso essa disciplina foi suprimida dos currículos e, em contrapartida, ensinavam-se Moral e Cívica e OSPB, que tinham por objetivo desenvolver o amor à pátria. Mas, na verdade, transmitia-se a falsa impressão de que se vivia numa terra de paz e prosperidade, mascarando-se a realidade pela manipulação ideológica.

A classe dominante, em todas as épocas, utiliza vários meios, entre eles a escola, para dotar o povo de uma consciência fragmentada da realidade. Quanto mais ingênua tal consciência for, melhor, pois assim dificilmente ela permitirá que ele enxergue a verdadeira causa dos seus problemas.

Pretende-se atualmente um regime democrático; faz-se, então, necessário prepararem-se os alunos para a realidade além dos muros da escola. Por isso, cabe vincular os conteúdos desenvolvidos à vida do aluno, para que este estabeleça relações entre os problemas da sua comunidade,

da sua cidade e do seu País com a sua existência, a fim de que tenha condições de apontar soluções transformadoras da realidade.

Apesar dos Orientadores Educacionais considerarem que há falta de informação profissional por parte do aluno, eles não escolheram esta questão como uma das principais dificuldades, sendo o maior índice de escolha deste item atribuído aos alunos. A explicação para a ocorrência desta diferença de opinião pode residir na formação do Orientador Educacional que enfatiza os aspectos psicológicos da escolha, colocando em segundo plano os fatores externos ao sujeito. Este fato também pode ser entendido como uma atitude de defesa do trabalho que vem desenvolvendo, ou até mesmo, da falta de uma avaliação crítica do seu desempenho. Entretanto, os jovens queixam-se de que há ausência de contato com profissionais das diferentes áreas para o esclarecimento de dúvidas. Pensam que deveria haver uma divulgação mais adequada das informações sobre as universidades e os cursos (vide Tabelas 6 e 13).

Os relatos que se seguem ilustram tal situação:

"Eu já optei por um curso, mas não estou bem certa se é realmente isto que eu gosto. Talvez haja falta de informações com relação às profissões." (Escola Particular)

"O aluno da 3ª série do 2º grau precisa de mais informação sobre as profissões, de mais apoio. Precisa de uma ajuda

no sentido de saber o que ele realmente quer, no que ele acha que vai se realizar. É que não irá se transformar numa pessoa frustrada, porque não soube escolher sua profissão." (Escola Particular)

"Embora tenha minha profissão em mente, continuo enfrentando dificuldades em ter realmente certeza se será uma escolha certa. Talvez isso aconteça por falta de experiências práticas das profissões, apenas teórica e muito superficialmente." (Escola Particular)

No contexto atual do ensino, uma das principais tarefas do Orientador Educacional é proporcionar elementos para que o aluno possa conhecer o máximo possível sobre as diferentes profissões. Nesse sentido, há algumas escolas desenvolvendo um bom trabalho através de palestras com diferentes profissionais, vídeos sobre as profissões, visitas aos diferentes locais de trabalho, etc. Mas, para desenvolver tais atividades é necessário que a escola e a clientela tenham recursos econômicos, pois elas implicam gastos. Sendo assim, estas atividades são geralmente desenvolvidas por escolas particulares que contam com maiores recursos financeiros.

Não obstante, mesmo que se possa proporcionar estas atividades a todos os alunos e mesmo que fosse possível contar com o apoio das universidades nesse sentido, estas atividades continuariam sendo teóricas e não práticas. Os jovens lamentam que não haja experiências práticas em relação às diferentes profissões e nisso reside o grande problema da Orientação Profissional: por mais que se

informe, por mais que se mostre, nunca a teoria substituirá o valor da experiência.

A escola poderia preparar os alunos não somente para o trabalho, mas, através do trabalho, unindo a teoria com a prática, educando integralmente os jovens. Não se trata de uma profissionalização precoce que se mostrou nociva ao desenvolvimento do aluno, mas da iniciação do jovem no trabalho através do exercício em várias oficinas vocacionais que abrangeriam as diferentes áreas do conhecimento.

O tipo de educação que se fornece atualmente para os alunos não tem dado condições para que eles enfrentem o vestibular e o trabalho, haja vista a expansão e a procura dos "cursinhos" pré-vestibulares nos últimos anos e o despreparo com que os alunos, que precisam trabalhar, ingressam no mercado profissional.

Por outro lado, cabe questionar qual a utilidade do tipo de formação recebida no 2º grau, se se tem conhecimento de que a maioria dos jovens não tem possibilidade de ingressar na universidade.

A educação integral, a formação pelo trabalho, independentemente da classe social, ao mesmo tempo em que desenvolveria no aluno várias habilidades, através da passagem pelas diferentes oficinas vocacionais, resgataria a importância e a utilidade dos conhecimentos teóricos, pois

eles veriam sua aplicação prática. Os jovens se motivariam para a aprendizagem e, certamente, se sentiriam menos inseguros a respeito de qual profissão seguir.

A escolha de uma profissão tem como base as opções que o sistema oferece, mas ela é limitada pela classe social do jovem e também pelas influências recebidas pela família (40:23).

Outro dado significativo é que a influência dos pais na opção profissional dos filhos foi apontada pelos Orientadores Educacionais, enquanto os alunos ficaram indecisos frente a esta questão (vide tabela 4). Esta indefinição dos alunos talvez se deva ao fato de que, por estarem atravessando este processo de escolha profissional, não consigam um distanciamento do assunto para analisá-lo com imparcialidade. Por outro lado, nota-se também, atualmente, um maior respeito dos pais pelo direito de escolha profissional dos filhos, embora não se possa negar que a influência da família existe sempre de modo mais ou menos acentuado.

Antigamente, a atividade profissional exercida pelos pais era transmitida de pai para filho, existindo nas famílias uma nítida herança profissional. Mas, da Idade Média até os dias atuais, o mundo passou por profundas modificações, sendo que a Revolução Francesa e a Revolução Industrial marcaram o surgimento e o desenvolvimento da burguesia, transformando as relações entre os homens, em

decorrência das modificações ocorridas nas relações de produção (3:3-4).

Se, no feudalismo, o sujeito praticamente não tinha opção de escolha, pois sua profissão já estava determinada desde o nascimento, com o desenvolvimento do comércio, da manufatura, surgiu a necessidade de abastecer de mão-de-obra as novas atividades econômicas. Extinguiram-se as restrições profissionais e a burguesia se transformou na classe que luta contra as restrições sociais e pelo livre desenvolvimento das aptidões individuais (3:3-4).

A liberdade de exercer as diferentes atividades, a possibilidade de ascensão social, deu maior ênfase ao desenvolvimento individual que surgiu no século XIX e que se mantém acentuadamente nos dias de hoje.

Atualmente, a postura dos pais, diante da escolha da profissão dos filhos, reveste-se mais de apoio e de orientação do que de direção, como ficou evidenciado através das entrevistas com as mães:

"Não vejo muita influência da família na escolha da profissão da minha filha. Essa decisão foi dela, não teve pai, não teve ninguém da família, nenhuma pessoa que ela tenha convivido para ter essa opinião formada."

"Os pais devem orientar a escolha profissional dos filhos. Agora, dizer para o filho: faça isso, porque é o que tem mercado, não deve fazer. Deve-se deixar que ele mesmo chegue ao ponto de saber o que ele vai"

ser. Os pais podem sugerir, mas não obrigar que ele faça aquilo que eles querem. É essencial que ele se defina, porque se trata da vida dele."

Mesmo procurando ter pouca influência neste momento, há jovens que afirmaram que seus pais gostariam que eles escolhessem profissões de *status* social. Isto ocorre principalmente com os alunos das escolas particulares, sendo que, neste caso, os pais dão preferência a que os filhos escolham profissões tradicionais como Direito, Medicina e as Engenharias, chegando até, em casos extremos, a pedir para que o Orientador Educacional "oriente" o aluno neste sentido.

A questão de uma determinada profissão ter ou não *status* social está diretamente ligada à sua remuneração. São socialmente valorizadas aquelas profissões que remuneram bem e que, em virtude disso, dão prestígio e poder aos que as exercem. Uma decorrência desse fato é a desvalorização da área das ciências humanas na hora de escolher uma profissão. De acordo com os depoimentos dos Orientadores Educacionais das escolas particulares, a maioria dos seus alunos optam por profissões liberais, sendo que as da área humana são pouco escolhidas.

Os depoimentos dos alunos, a seguir, exemplificam esta desvalorização das profissões da área das ciências humanas:

BIBLIOTECA SETORIAL, DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UFRGS

"A minha escolha profissional foi feita apenas este ano, depois de pensar muito. De uma coisa eu tinha certeza: essa escolha seria dentro da área das ciências humanas, e assim foi que optei por fazer História. Um dado curioso é que dentro do meu círculo de amigos sou o único a escolher humanas como área. Isso demonstra para onde está dirigido o nosso ensino e as dificuldades que terei de enfrentar." (Escola Particular)

"Sinceramente, a faculdade que escolhi e que vou fazer é a de engenharia mecânica. O problema é que eu não tenho nenhuma vontade de fazer esta engenharia ou qualquer outra coisa que as faculdades oferecem. A única coisa que no momento eu mais gosto é a modelagem física, mas eu não vou fazer educação física, porque eu não quero ser nenhum professorzinho de colégio." (Escola Particular)

As causas que levam alguns alunos e suas famílias a preferirem profissões que dão *status* social, acarretando a exclusão de muitas profissões da área das ciências humanas, são de origem econômica. Portanto, a escolha de uma profissão, para alguns jovens, é guiada basicamente por este tipo de interesse.

Os depoimentos dos Orientadores Educacionais confirmam este fato:

"A questão econômica define muito o rumo que o aluno irá tomar, porque a sociedade toda o leva a isto; a competição leva-o a ter essa idéia. O aluno se desvia do rumo de sua caminhada para seguir os rumos que a sociedade lhe impõe." (Escola Estadual)

"A nossa escola possui a grande maioria dos alunos filhos de profissionais liberais. Eu acho que a partir daí, uma das

preocupações deles é unir na escolha de uma profissão algo que goste e que remunere bem. Até porque eles têm um nível sócio-econômico alto e querem manter este nível." (Escola Particular)

O acentuado interesse econômico com que alguns alunos guiam a escolha profissional demonstra as características da sociedade brasileira. O sistema capitalista se baseia no consumo e este é incentivado de várias maneiras através dos meios de comunicação, perpassando a idéia de que quem vale mais é que tem mais. Ter sucesso, vencer, nesta sociedade é sinônimo de ter dinheiro. E, realmente, quem possui um alto nível de renda tem muito mais chances de "vencer", de "ser alguém na vida", pois pode usufruir dos bens que o dinheiro pode comprar, tais como: uma boa educação, saúde, viagens, etc. Por outro lado, as pessoas que possuem um baixo poder aquisitivo têm chances reduzidas de vencer, visto que estão privadas destes bens.

Portanto, tal sistema social induz o jovem a valorizar apenas o aspecto material, colocando em segundo plano a realização pessoal e profissional.

Não se trata de negar a importância do aspecto material da vida e da remuneração profissional. Esta última, no entanto, é uma forma de valorização da atividade desempenhada. Ocorre que, basear a decisão profissional somente neste aspecto pode frustrar a pessoa em termos de realização profissional.

Salienta-se que a grande maioria dos jovens procura conciliar, no momento de escolha profissional, os seus interesses pessoais e materiais, pois estes dois fatores são importantes para que a pessoa se sinta realizada profissionalmente.

3 - COMENTÁRIOS FINAIS

A partir do estudo das dificuldades que estão presentes na escolha de uma profissão, é possível inferir algumas implicações que concernem ao trabalho do Orientador Educacional.

De uma maneira geral, levando em consideração o posicionamento dos sujeitos frente aos itens, observa-se que os mais "votados" referem-se principalmente a fatores do ambiente que interferem nesta opção, do que propriamente a fatores relativos ao sujeito. É importante salientar que, na prática, do ponto de vista do jovem que está decidindo sua profissão, todos estes fatores se encontram relacionados.

Exceto a imaturidade do aluno, os demais itens referem-se, principalmente, a variáveis que pertencem ao contexto sócio-econômico e ao educacional. No entanto, de acordo com o que se apresentou anteriormente, não se pode analisar este problema somente do ponto de vista individual, quando as causas dessa imaturidade são também sociais.

Não obstante, para a grande maioria dos jovens

brasileiros, as variáveis referentes ao sistema sócio-econômico impedem a escolha de uma profissão, já que, por questão de sobrevivência, eles entram precocemente no mercado de trabalho, sem um mínimo de preparo ou habilitação.

Dos 96.361 alunos que ingressaram no 2º grau em 1983, 40.197 se evadiram e não participam do processo de opção profissional. Somente 41% dos jovens concluíram o 2º grau em 1985*. É para esta pequena elite que se destina o trabalho de Orientação Profissional. Não obstante, as dificuldades não estão superadas após o aluno terminar o 2º grau. A partir daí, o sistema reserva outras como a barreira do vestibular, o alto custo das universidades, as condições do mercado de trabalho, etc.

Por outro lado, os itens referentes ao sistema educacional abordam a questão do vestibular e da Informação Profissional. O fato de existirem poucas vagas na universidade, do vestibular ser difícil, embora sejam problemas que pertençam à esfera educacional, são decorrentes, em verdade, do sistema sócio-econômico.

Não pode haver uma real democratização das oportunidades educacionais, enquanto não houver, também, uma democratização das condições econômicas e políticas nacionais. As injustiças sociais existentes no País refletem-se

* Estatísticas Educacionais - SEC (1983, 1984, 1985).

também no setor educacional, pois a educação está a serviço da sociedade em que está inserida. Portanto, medidas como a elevação do número de vagas na universidade ou reformas no vestibular, não alterarão a seletividade do ensino, porque não atingem as causas dos problemas, que são econômicas.

A Informação Profissional recebida pelos alunos não pode ser desvinculada do tipo de educação vigente que, por sua vez, está de acordo com o sistema social. Deve-se, no entanto, fazer uma ressalva aos esforços da parte de alguns Orientadores Educacionais que tentam vincular a informação transmitida aos alunos com a realidade, através de palestras com vários profissionais e visitas aos seus locais de trabalho, etc. Apesar deste tipo de iniciativa ainda não ser a ideal, ela representa um avanço para o aperfeiçoamento da Orientação Profissional. Faltam experiências práticas com relação às diferentes profissões, pois as informações teóricas não dão uma base real para que o aluno possa optar. Mas, para que isso aconteça, é preciso mudar a educação, que deixaria de se ocupar somente com a dimensão teórica da aprendizagem para vinculá-la à prática. A educação integral do jovem proporcionaria os conhecimentos necessários acerca das diferentes profissões e possibilitaria sua escolha profissional com maior segurança.

Os resultados desse estudo evidenciam que não se

pode trabalhar a escolha de uma profissão isoladamente do contexto social. Cabe ao Orientador Educacional superar a visão individualista e compartimentalizada do homem e do mundo, que tem servido à manutenção do *status quo*, e enfatizar, cada vez mais, as relações: aluno, escola e sociedade.

É fundamental que o Orientador Educacional esteja alerta para não guiar sua ação por um "psicologismo", visto que ficou demonstrado ser o fator psicológico secundário no processo de escolha profissional. O Orientador Educacional, ao usar técnicas da psicologia, que colocam a ênfase no aluno, cria nele a impressão de que é ele quem decide, esquecendo que a classe social a que pertence o aluno tem um peso muito grande na sua escolha profissional (9:123-5).

A percepção da importância dos fatores ambientais que interferem na opção profissional é fundamental para o Orientador Educacional. A partir da consciência desses fatores, ele poderá vir a ser um elemento transformador na escola, auxiliando os jovens a encararem criticamente as relações de trabalho e as profissões em uma sociedade (9:14).

A Orientação Profissional deveria desenvolver junto ao aluno a gênese dos problemas que envolvem a escolha de uma profissão, estabelecendo as relações entre estas dificuldades e o contexto sócio-econômico e educacional brasi-

leiro e apontando as contradições que envolvem este processo, a fim de que, a partir desta consciência crítica das dificuldades que estão presentes na escolha de uma profissão, o indivíduo se instrumentalize para, através da compreensão de sua realidade, fazer opções mais conscientes, que são a condição fundamental para a transformação social e educacional.

4 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. HISTÓRIA DAS GRANDES IDÉIAS DO MUNDO OCIDENTAL. São Paulo, Abril, 1972. 264p. (Os pensadores, v.1)
2. BOHOSLAVSKY, Rodolfo. Orientação vocacional: a estratégia clínica. 6.ed. São Paulo, Martins Fontes, 1977. 221p.
3. JEANGROS, Erwin. Orientación vocacional y profesional. Buenos Aires, Editorial Kapelusz, 1959. 167p.
4. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 5.ed. São Paulo, Hucitec, 1986. 138p.
5. BISSERET, Noelle. A ideologia das aptidões naturais. In: DURAND, José Carlos Garcia. Educação e hegemonia de classes. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. 228p.
6. FINGERMANN, Gregório. Psicotécnica y orientación profesional. 4.ed. Buenos Aires, El Ateneo, 1971. 392p.
7. SANTOS, Oswaldo de Barros. Psicologia aplicada à orientação e seleção de pessoal. 9.ed. São Paulo, Livraria Pioneira, 1985. 210p.
8. MAIA, Eny & GARCIA, Regina L. Uma nova orientação educacional para uma nova escola. 2.ed. São Paulo, Loyola, 1984. 61p.
9. PIMENTA, Selma Garrido. Orientação vocacional e decisão: um estudo crítico da situação no Brasil. 5.ed. São Paulo, Loyola, 1986. 133p.
10. FERRETI, Celso J. Considerações críticas a respeito da orientação vocacional. Educação e Sociedade, São Paulo, 4(10):89-105, set. 1981.
11. MACCARIELLO, Moreira Martins do Carmo. Da orientação vocacional à educação para o trabalho. Rio de Janeiro-RJ, Fundação Getúlio Vargas, 1986. 133p. Dissertação de Mestrado. (mim.)

12. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva et alii. Coletânea dos dispositivos legais que regem a função do orientador educacional. Porto Alegre, Sagra, 1987. 121p. (no prelo)
13. _____. Introdução à metodologia da pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação. O positivismo. A fenomenologia. O marxismo. São Paulo, Atlas, 1987. 250p.
14. _____. Educação pelo trabalho. Documentário, Porto Alegre, (73):233-78, jun. 1983.
15. _____. O que é ideologia? Porto Alegre, UFRGS, FAGED, 1988. 13p. (mim.)
16. MARANGON, Eunice Catarina. A cerca do caráter ideológico da orientação educacional. Porto Alegre, UFRGS, 1985. 192p. Dissertação de Mestrado. (mim.)
17. SIEGEL, Sidney. Estatística não-paramétrica (para as ciências do comportamento). McGraw-Hill, 1975. 350p.
18. ROSSI, Wagner. Capitalismo e educação. 3.ed. São Paulo, Moraes, 1986. 160p.
19. PRANDI, Reginaldo. Os favoritos degradados - ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje. São Paulo, Loyola, 1982. 135p.
20. OLIVEN, Arabela Campos. A expansão do ensino superior no Rio Grande do Sul: urbanização, estrutura ocupacional e oportunidades educacionais. Porto Alegre, UFRGS, Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia, 1985. 24p. (Cadernos de estudos, 11)
21. CANUTO, Vera Regina Albuquerque. Políticos e educadores: a organização do ensino superior no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1987. 128p.
22. IANNI, Octávio. Planejamento econômico no Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986. 316p.
23. FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. 5.ed. São Paulo, Moraes, 1984. 195p.
24. HORTA, José Silvério Baia. Liberalismo, tecnocracia e planejamento educacional no Brasil. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1982. 226p.

25. _____. Planejamento educacional. In: SAVIANI, Demerval et alii. Filosofia da educação brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983. 239p.
26. SILVA, Arlete Marques. Educação: terra de ninguém. São Paulo, Loyola, 1983. 188p.
27. MELLO, Guiomar Namó et alii. Educação e transição democrática. 2.ed. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1985. 133p.
28. BRASIL. Presidência. Metas e bases para a ação do governo. 1970-1973. Brasília, 1973. 265p.
29. _____. Plano nacional de desenvolvimento econômico; PND 1980-1985, terceiro. 77p.
30. _____. Plano nacional de desenvolvimento da nova república; PND-NR 1986-1989, primeiro. Brasília, 1986. 261p.
31. RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. Plano estadual de educação. Porto Alegre, 1967. 232p.
32. _____. Governo. Projeto grande rio grande. 1971-1974. Porto Alegre, 1971. 57p.
33. _____. Governo. Programa de ação RS. Porto Alegre, 1975. 335p.
34. _____. Secretaria de Educação e Cultura. Plano estadual de educação. 1982-1985. Porto Alegre, 1982. 96p.
35. _____. Governo. Política de desenvolvimento do estado RS. 1979-1982. Porto Alegre, 1979. 222p.
36. _____. Governo. Programa de governo RS. 1983-1987. Porto Alegre, 1983. 211p.
37. CUNHA, Luiz Antônio. Educação e desenvolvimento social no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. 203p.
38. FERREIRA, Francisco Whithaker. Planejamento sim e não. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 157p.
39. NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Estado e planejamento educacional no Brasil - a formação do planejador. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (51):55-63, nov. 1984.
40. SOARES, Dulce Helena Penna. O jovem e a escolha profissional. Porto Alegre, UFRGS, 1985. 157p. Dissertação de Mestrado. (mim.)

5.1 - Instrumentos

Prezado colega:

Sou Orientadora Educacional, e atualmente, estou empenhada em realizar minha Dissertação de Mestrado, na UFRGS. Escolhi o tema: "Dificuldades que enfrenta o Orientador Educacional de 2º grau no processo de Orientação Profissional". O assunto interessa-me pessoalmente. A minha experiência sobre esse particular me impele a querer conhecer sua opinião sobre o processo de orientação dos alunos para o mercado de trabalho e, especialmente, para a escolha de uma profissão universitária ou não. Desejo sua essencial colaboração através das respostas que lhe solicito. Muito obrigada.

Karen Duarte Rosa

Nome da escola onde trabalha:

Marque o(s) curso(s) realizado(s):

- magistério
- pedagogia
- pedagogia com habilitação em Orientação Educacional
- outro curso superior. Cite:
- pós-graduação em Orientação Educacional
- outro curso de pós-graduação. Cite:

Experiência profissional em Orientação Educacional:
..... anos

Quais são as dificuldades que você encontra na orientação dos alunos que estão concluindo o 2º grau, com relação à escolha de uma profissão? Explícite-os.

Prezado(a) aluno(a).

Sou Orientadora Educacional, e atualmente estou empenhada em realizar minha Dissertação de Mestrado, na UFRGS. Escolhi o tema: "Dificuldades que enfrenta o Orientador Educacional no processo de Orientação Profissional dos alunos da 3ª série do 2º grau". A minha experiência sobre esse assunto me leva a querer conhecer a sua opinião sobre o processo de escolha da sua profissão. Desejo sua colaboração através da resposta que lhe solicito. Muito obrigada.

Karen Duarte Rosa

Se você já realizou ou está realizando sua escolha profissional, quais são as *dificuldades que encontrou ou está encontrando* para escolher uma profissão?

Prezado Orientador Educacional:

Prezado aluno:

Estou realizando uma pesquisa que tem como tema a Orientação Profissional. Pretendo esclarecer, através deste trabalho que servirá como dissertação de mestrado, algumas *dificuldades do processo de escolha de uma profissão*. Para atingir este objetivo, preciso de sua colaboração. Neste sentido solicito que responda com maior exatidão possível o instrumento a seguir. As informações fornecidas serão mantidas de forma absolutamente reservada. Você não precisa colocar seu nome. Muito obrigada. Karen Duarte Rosa

I PARTE - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Marque com um X o que corresponde ao seu caso:

Orientador Educacional

Aluno

2. Tipo de escola onde trabalha ou estuda:

Pública

Particular

II PARTE - INFORMAÇÕES SOBRE AS DIFICULDADES DO PROCESSO DE ESCOLHA DA PROFISSÃO

Nesta parte do instrumento você encontrará frases expressando alguns tipos de dificuldades que se apresentam na escolha da profissão. Essas frases foram cole-

tadas e selecionadas a partir da aplicação de um instrumento anterior, respondido por Orientadores Educacionais e alunos da 3ª série do 2º grau. Gostaria de conhecer seu grau de concordância ou discordância com cada uma delas. Se você for aluno, responderá de acordo com as dificuldades encontradas para escolher sua profissão; se você for Orientador, responderá tendo em vista as dificuldades encontradas para orientar seus alunos neste processo.

Para isso utilize a seguinte escala:

Concordo Plenamente (CP)

Concordo (C)

Sem Opinião ou Indeciso (I)

Discordo (D)

Discordo Plenamente (DP)

Frente a cada dificuldade você deverá colocar um X, escolhendo dentre as cinco (5) alternativas de resposta para cada questão ou item.

EXEMPLO:

. Há falta de maturidade do aluno para realizar a escolha profissional.

~~CP~~ C I D DP

* * *

A seguir, a listagem das dificuldades. Acho que:

1. Há desinteresse do aluno em participar do processo de escolha de sua profissão.

CP C I D DP

2. É difícil conciliar aptidão e a remuneração profissional.

CP C I D DP

3. Há falta de base para o aluno ingressar na Universidade.

CP C I D DP

4. Existe espírito competitivo e individualista no aluno.

CP C I D DP

5. Deveria haver uma divulgação mais ordenada das informações sobre as Universidades e os cursos.

CP C I D DP

6. A crise econômica do país.

CP C I D DP

7. É difícil conciliar a aptidão e o mercado de trabalho.

CP C I D DP

8. É prioritário entrar na Universidade independentemente do curso.

CP C I D DP

9. Os pais influenciam a opção profissional dos filhos.

CP C I D DP

10. Existem poucos Orientadores Educacionais na escola.

CP C I D DP

11. O mercado de trabalho está saturado na maioria dos cursos.

CP C I D DP

12. A duração do curso universitário.

CP C I D DP

13. Existe uma resistência dos pais ao aconselhamento vocacional.

CP C I D DP

14. Há falta de contato com profissionais das diferentes áreas para esclarecer dúvidas.

CP C I D DP

15. Existe pouca valorização da área das ciências humanas.

CP C I D DP

16. Há pouca divulgação das oportunidades que os cursos oferecem.

CP C I D DP

17. O Orientador Educacional tem pouco tempo para se dedicar à Orientação Profissional.

CP C I D DP

BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UFPA

18. Os pais gostariam que seus filhos escolhessem profissões de status social.

CP C I D DP

19. O ingresso na Universidade através do vestibular.

CP C I D DP

20. Existe descrédito com relação ao teste vocacional.

CP C I D DP

21. A situação econômica do aluno limita a escolha de uma profissão.

CP C I D DP

22. Há falta de aptidão do aluno para exercer certas profissões.

CP C I D DP

23. Há falta de períodos sistemáticos de Orientação Profissional.

CP C I D DP

24. Existe falta de conhecimento da realidade dos cursos.

CP C I D DP

25. Há falta de preparo da escola para orientar a escolha de uma profissão.

CP C I D DP

26. Com relação à escolha de uma profissão, o aluno só tem praticamente a opção de entrar na Universidade.

CP C I D DP

27. Existem poucas informações sobre o mercado de trabalho.

CP C I D DP

28. Imaturidade do aluno para realizar a escolha profissional.

CP C I D DP

29. Há falta de experiências práticas com relação às profissões.

CP C I D DP

30. Há falta de preparo do professor para auxiliar na Orientação Profissional.

CP C I D DP

31. Há poucas vagas para muitos candidatos no vestibular.

CP C I D DP

32. Existe conflito entre a vontade dos pais e a dos filhos com relação à escolha de uma profissão.

CP C I D DP

33. A grande diversidade dos cursos superiores existentes.

CP C I D DP

34. A escolha de uma profissão é guiada pelo interesse econômico.

CP C I D DP

35. Existe falta de informação profissional por parte do aluno.

CP C I D DP

36. A decisão é apressada devido ao vestibular.

CP C I D DP

37. Existe desconhecimento das profissões novas.

CP C I D DP

III PARTE

Indique três itens, dentre os 37 acima apresentados, que você considera mais importantes com relação às dificuldades encontradas para a escolha de sua profissão ou na orientação de seus alunos (coloque somente o número dentro dos quadros abaixo):

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------	----------------------

5.2 - Tabelas

TABELA 1 - Teste de diferenças entre orientadores educacionais e alunos com respeito à opinião sobre questões: Teste U de Mann-Whitney*

QUESTÃO	Z	QUESTÃO	Z
1	2,17 ^(a)	20	-4,53 ^(c)
2	-0,51	21	2,77 ^(b)
3	-0,71	22	1,10
4	-1,57	23	-1,36
5	-2,94 ^(b)	24	-1,41
6	1,43	25	-3,22 ^(b)
7	-1,01	26	-2,03 ^(a)
8	1,03	27	-1,17
9	2,15 ^(a)	28	0,98
10	1,74	29	-1,98 ^(a)
11	-0,32	30	0,38
12	-0,45	31	-0,73
13	-1,81	32	1,44
14	-2,34 ^(a)	33	0,41
15	-0,16	34	0,75
16	-2,05 ^(a)	35	-0,76
17	1,92	36	-1,20
18	1,39	37	0,85
19	-0,47		

* Como se trata de amostras grandes (+ de 20), a distribuição amostral de U tende para a distribuição normal.

Valores críticos de Z:

(a) significante a 5% - 1,96

(b) significante a 1% - 2,57

(c) significante a 0,1% - 3,30

TABELA 2 - Teste de diferenças entre alunos de escola pública e alunos de escola particular com respeito à opinião sobre as questões: Teste U de Mann-Whitney*

QUESTÃO	Z	QUESTÃO	Z
1	1,18	20	-0,29
2	0,66	21	2,50 (a)
3	3,34 (c)	22	0,51
4	0,80	23	-1,09
5	0,59	24	0,64
6	2,51 (a)	25	1,41
7	1,27	26	0,64
8	1,59	27	2,97 (b)
9	-1,65	28	-2,00 (a)
10	-3,67 (c)	29	0,30
11	-0,21	30	0,43
12	4,65 (c)	31	2,25 (a)
13	2,42 (a)	32	-1,11
14	1,47	33	1,71
15	0,23	34	2,26 (a)
16	0,38	35	0,17
17	0,18	36	-1,09
18	1,90	37	-0,12
19	-0,94		

* Como se trata de amostras grandes (+ de 20), a distribuição amostral de U tende para a distribuição normal.

Valores críticos de Z:

(a) significante a 5% - 1,96

(b) significante a 1% - 2,57

(c) significante a 0,1% - 3,30

TABELA 3 - Teste de diferenças entre orientadores educacionais de escola pública e orientadores educacionais de escola particular com respeito à opinião sobre as questões: Teste U de Mann-Whitney

QUESTÃO	Z	QUESTÃO	Z
1	1,67	20	0,85
2	-0,52	21	-0,54
3	-0,48	22	-0,40
4	0,63	23	-1,98 ^(a)
5	1,42	24	-1,17
6	-0,16	25	0,90
7	0	26	-0,51
8	0,23	27	0,99
9	0,05	28	-0,40
10	-1,23	29	0
11	1,07	30	0,67
12	0,69	31	2,14 ^(a)
13	0,92	32	0,62
14	-0,23	33	2,35 ^(a)
15	0,91	34	0,50
16	-0,32	35	1,96 ^(a)
17	-1,56	36	1,19
18	-1,06	37	0,19
19	0,40		

Valores críticos de Z:

(a) significante a 5% - 1,96

(b) significante a 1% - 2,57

(c) significante a 0,1% - 3,30

TABELA 4 - Diferença entre a média para algumas questões:
orientadores educacionais X alunos

QUESTÃO	ORIENTADORES EDUCACIONAIS	ALUNOS
1	3,51	4
5	1,85	1,39
9	2,40	3
14	2,37	1,83
16	2,22	1,84
20	3,59	2,40
21	1,70	2,45
25	2,48	1,77
26	3,29	2,66
29	1,74	1,54

TABELA 5 - Diferença entre médias para algumas questões:
alunos de escola pública X alunos de escola particular

QUESTÃO	ALUNOS PÚBLICOS	ALUNOS PARTICULARES
3	1,81	2,56
6	1,63	2,12
10	3,10	2,35
12	2,57	3,78
13	3,18	3,70
21	2,07	2,67
27	1,84	2,49
28	2,57	2,03
31	1,23	1,52
34	2,21	2,75

TABELA 6 - Diferença entre médias para algumas questões:
orientadores educacionais de escola pública X
orientadores educacionais de escola particular

QUESTÃO	ORIENTADORES EDUCACIONAIS PÚBLICOS	ORIENTADORES EDUCACIONAIS PARTICULARES
23	2,07	3,00
31	1,76	1,21
33	3,69	2,85
35	2,30	1,85

TABELA 7 - Médias e desvios-padrão das respostas das questões

QUESTÃO	MÉDIA	DP	QUESTÃO	MÉDIA	DP
1	3,9	1,08	20	2,65	1,16
2	2,16	0,90	21	2,30	1,26
3	2,31	1,12	22	2,32	1,12
4	2,55	1,07	23	2,20	1,02
5	1,49	0,74	24	1,74	0,90
6	1,86	1,01	25	1,92	0,97
7	2,02	0,90	26	2,79	1,37
8	3,88	1,11	27	2,31	1,12
9	2,87	1,19	28	2,15	1,11
10	2,56	1,12	29	1,58	0,77
11	2,02	0,92	30	2,33	0,96
12	3,36	1,31	31	1,43	0,71
13	3,60	1,04	32	3,38	1,29
14	1,94	1,09	33	3,31	1,18
15	2,41	1,13	34	2,50	1,16
16	1,92	0,86	35	2,06	0,89
17	2,54	1,10	36	1,80	0,86
18	2,65	1,41	27	2,11	1,45
19	2,49	1,26			

TABELA 8 - Distribuição de freqüência das questões 38, 39 e 40 (freqüência com que cada questão foi mencionada)

QUESTÃO	FREQUÊNCIA	%	QUESTÃO	FREQUÊNCIA	%
1	2	1	20	0	0
2	9	6	21	16	12
3	12	9	22	0	0
4	3	2	23	2	1
5	21	16	24	12	9
6	3	2	25	11	8
7	22	16	26	4	3
8	4	3	27	7	5
9	2	1	28	30	23
10	3	2	29	14	10
11	15	11	30	2	1
12	4	3	31	32	24
13	1	0	32	0	0
14	20	15	33	1	0
15	12	9	34	11	8
16	0	0	35	15	11
17	7	5	36	28	21
18	4	3	37	0	0
19	16	12			

TABELA 10 - Teste de diferenças entre orientadores educacionais e alunos com respeito à importância das questões: Teste X^2

QUESTÃO	X^2
5	3,90 ^(a)
6	10,92 ^(c)
7	0,81
11	0,006
14	3,57
19	0,75
21	13,95 ^(c)
28	0,82
31	5,43 ^(a)
35	4,44 ^(a)
36	0,18

1 grau de liberdade:

(a) 5% - 3,84

(b) 1% - 6,64

(c) 0,001% - 10,83

TABELA 11 - Teste de diferenças entre alunos de escola pública e alunos de escola particular, com respeito à importância da questão: Teste χ^2

QUESTÃO	χ^2
5	3,49
6	0,59
7	2,61
11	0,13
14	1,11
19	1,66
21	3,84 (a)
28	4,20 (a)
31	1,73
35	0,72
36	0,53

1 grau de liberdade:

(a) 5% - 3,84

(b) 1% - 6,64

(c) 0,001% - 10,83

TABELA 12 - Teste de diferenças entre orientadores educacionais de escola pública e orientadores educacionais de escola particular com respeito à importância da questão: Teste χ^2

QUESTÃO	χ^2
5	0,96
6	0,003
7	0,29
11	0,29
14	1,11
19	0,003
21	0,29
28	0,93
31	0,003
35	0,00
36	5,96 ^(a)

1 grau de liberdade:

(a) 5% - 3,84

(b) 1% - 6,64

(c) 0,001% - 10,83

TABELA 13 - Distribuição ajustada da importância atribuída a algumas questões por alunos e orientadores educacionais

nº 5 (a)
 $X^2 = 3,90$

	NÃO	SIM	TOTAL
Alunos	83 80,58%	20 19,42%	103
O.E.	26 96,30%	1 3,70%	27
TOTAL	109	21	130
TOTAL %	83,85	16,15	100

nº 5 - Deveria haver uma divulgação mais ordenada das informações sobre as Universidades e os cursos. (a)

nº 6 (c)
 $X^2 = 10,92$

	NÃO	SIM	TOTAL
Alunos	96 93,20%	7 6,80%	103
O.E.	19 70,37%	8 29,63%	27
TOTAL	115	15	130
TOTAL %	88,46	11,54	100

nº 6 - A crise econômica do país. (c)

TABELA 13 - Continuação

nº 21 (c)
 $X^2 = 13,95$

	NÃO	SIM	TOTAL
Alunos	96 93,20%	7 6,80%	103
O.E.	18 66,67%	9 33,33%	27
TOTAL	114	16	130
TOTAL %	87,69	12,31	100

nº 21 - A situação econômica do aluno limita a escolha de uma profissão.
 (c)

nº 31 (a)
 $X^2 = 5,43$

	NÃO	SIM	TOTAL
Alunos	73 70,87%	30 29,13%	103
O.E.	25 92,59%	2 7,41%	27
TOTAL	98	32	130
TOTAL %	75,38	24,62	100

nº 31 - Há poucas vagas para muitos candidatos no vestibular. (a)

TABELA 13 - Continuação

nº 35 (a)
 $\chi^2 = 4,44$

	NÃO	SIM	TOTAL
Alunos	88 85,44%	15 14,56%	103
O.E.	27 100%	0 0	27
TOTAL	115	15	130
TOTAL %	88,46	11,54	100

nº 35 - Existe falta de informação profissional por parte do aluno. (a)

1 grau de liberdade:

(a) 5% - 3,84

(b) 1% - 6,64

(c) 0,001% - 10,83

TABELA 15 - Distribuição ajustada da importância atribuída a algumas questões por orientadores educacionais de escola pública e orientadores educacionais de escola particular

nº 36 (a)
 $X^2 = 5,69$

	NÃO	SIM	TOTAL
O.E. Particular	13 100%	0 0	13
O.E. Público	9 64,29%	5 35,71%	14
TOTAL	22	5	27
TOTAL %	81,48	18,52	100

nº 36 - A decisão é apressada devido ao vestibular. (a)

1 grau de liberdade:

(a) 5% - 3,84

(b) 1% - 6,64

(c) 0,001% - 10,83